



DIÁRIO

da Assembleia da República

XI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2009-2010)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Jaime José Matos da Gama](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria Celeste Lopes da Silva Correia](#)
[Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos](#)
[Abel Lima Baptista](#)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 7 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das propostas de lei da Assembleia Legislativa Regional da Madeira n.ºs 3 a 5/XI (1.ª), dos projectos de lei n.ºs 95 a 103/XI (1.ª) e dos projectos de resolução n.ºs 29 a 32/XI (1.ª).

Procedeu-se ao debate da interpelação n.º 1/XI (1.ª), centrada na transparência das políticas públicas, apresentada pelo PCP, tendo proferido intervenções, na fase de abertura, o Sr. Deputado [Bernardino Soares](#) (PCP) e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Jorge Lacão). Além destes oradores, usaram da palavra, a diverso título, durante o debate, além do Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações (Paulo Campos), os Srs. Deputados [Pedro Duarte](#) (PSD),

[Sérgio Sousa Pinto](#) (PS), [Agostinho Branquinho](#) (PSD), [António Filipe](#) (PCP), [Carina Oliveira](#) (PSD), [Hélder Amaral](#) (CDS-PP), [Helena Pinto](#) (BE), [Mota Andrade](#) (PS), [José Luís Ferreira](#) (Os Verdes), [Agostinho Lopes](#) (PCP), [Nuno Reis](#) (PSD), [Assunção Cristas](#) (CDS-PP), [Maria Antónia Almeida Santos](#) (PS), [Heitor de Sousa](#) (BE), [Miguel Tiago](#) (PCP), [Amadeu Soares Albergaria](#), [Paulo Baptista Santos](#) e [Luís Montenegro](#) (PSD), [Bruno Dias](#) (PCP), [Maria de Belém Roseira](#) (PS) e [Jorge Machado](#) (PCP).

A encerrar o debate, intervieram o Sr. Deputado [José Soeiro](#) (PCP) e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 7 minutos.

Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Acácio Santos da Fonseca Pinto
Alberto Bernardes Costa
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Paula Mendes Vitorino
Anabela Gaspar de Freitas
António Alves Marques Júnior
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
António Ribeiro Gameiro
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas
Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão
Catarina Marcelino Rosa da Silva
Defensor Oliveira Moura
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
Eurídice Maria de Sousa Pereira
Fernando Manuel de Jesus
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Frederico de Oliveira Castro
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Inês de Saint-Maurice de Esteves de Medeiros Vitorino de Almeida
Jaime José Matos da Gama
Jamilá Bárbara Madeira e Madeira
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Jorge Manuel Rosendo Gonçalves
José Albano Pereira Marques
José Carlos Bravo Nico
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José João Pinhanços de Bianchi
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
José Manuel Pereira Ribeiro
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
José Rui Alves Duarte Cruz
João Barroso Soares
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Paulo Feteira Pedrosa
João Paulo Moreira Correia
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
João Saldanha de Azevedo Galamba
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luís Miguel Soares de França
Luís Paulo Costa Maldonado Gonelha
Lúcio Maia Ferreira

Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel José de Faria Seabra Monteiro
Marcos Sá Rodrigues
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Helena Figueiredo de Sousa Rebelo
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Isabel Solnado Porto Oneto
Maria José Guerra Gambôa Campos
Maria Luísa de Jesus Silva Vilhena Roberto Santos
Maria Manuela de Almeida Costa Augusto
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Odete da Conceição João
Maria da Conceição Guerreiro Casa Nova
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Miguel João Piscoeiro de Freitas
Miguel de Matos Castanheira do Vale de Almeida
Mário Joaquim da Silva Mourão
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Nuno Miguel da Costa Araújo
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui José Prudêncio
Rui José da Costa Pereira
Sofia Isabel Diniz Pereira Conde Cabral
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Teresa Maria Neto Venda
Teresa do Rosário Carvalho de Almeida Damásio
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Victor Manuel Bento Baptista
Vitor Manuel Brandão de Sousa Fontes

Partido Social Democrata (PSD):

Adriano Rafael de Sousa Moreira
Adão José Fonseca Silva
Agostinho Correia Branquinho
Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria
Antonieta Paulino Felizardo Guerreiro
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Egrejas Leitão Amaro
António Fernando Couto dos Santos
António Joaquim Almeida Henriques
Arménio dos Santos
Carina João Reis Oliveira
Carla Maria Gomes Barros
Carla Maria de Pinho Rodrigues
Carlos Alberto Silva Gonçalves
Carlos Henrique da Costa Neves
Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes
Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro

Cristóvão da Conceição Ventura Crespo
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Nuno Fernandes Ribeiro dos Reis
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Hugo José Teixeira Velosa
Isabel Maria Nogueira Sequeira
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia
Jorge Fernando Magalhães da Costa
José Alberto Nunes Ferreira Gomes
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Marques de Matos Rosa
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José de Almeida Cesário
José Álvaro Machado Pacheco Pereira
João Carlos Figueiredo Antunes
João José Pina Prata
Luís António Damásio Capoulas
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Montenegro Cardoso de Morais Esteves
Luís Filipe Valenzuela Tavares Menezes Lopes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
Manuel Filipe Correia de Jesus
Margarida Rosa Silva de Almeida
Maria Clara de Sá Morais Rodrigues Carneiro Veríssimo
Maria Francisca Fernandes Almeida
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto
Maria Luísa Roseira da Nova Ferreira de Oliveira Gonçalves
Maria Manuela Dias Ferreira Leite
Maria Paula da Graça Cardoso
Maria Teresa Machado Fernandes
Maria Teresa da Silva Morais
Maria da Conceição Feliciano Antunes Bretts Jardim Pereira
Maria das Mercês Gomes Borges da Silva Soares
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Nuno Miguel Pestana Chaves e Castro da Encarnação
Paulo Cardoso Correia da Mota Pinto
Paulo César Lima Cavaleiro
Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
Pedro Augusto Lynce de Faria
Pedro Manuel Tavares Lopes de Andrade Saraiva
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Raquel Maria Martins de Oliveira Gomes Coelho
Teresa de Jesus Costa Santos
Ulisses Manuel Brandão Pereira
Vasco Manuel Henriques Cunha
Vânia Andrea de Castro Jesus

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
Altino Bernardo Lemos Bessa
Artur José Gomes Rêgo
Cecília Felgueiras de Meireles Graça

Filipe Tiago de Melo Sobral Lobo D' Ávila
Isabel Maria Mousinho de Almeida Galriça Neto
José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro
José Hélder do Amaral
José Manuel de Sousa Rodrigues
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Manuel de Serpa Oliva
João Rodrigo Pinho de Almeida
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça
Michael Lothar Mendes Seufert
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Pedro Manuel Brandão Rodrigues
Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Ana Isabel Drago Lobato
Catarina Soares Martins
Fernando José Mendes Rosas
Francisco Anacleto Louçã
Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro
Helena Maria Moura Pinto
José Borges de Araújo de Moura Soeiro
José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão
José Manuel Marques da Silva Pureza
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Maria Cecília Vicente Duarte Honório
Mariana Rosa Aiveca Ferreira
Pedro Filipe Gomes Soares
Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares
Rita Maria Oliveira Calvário

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
Bruno Ramos Dias
Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo
João Guilherme Ramos Rosa de Oliveira
Miguel Tiago Crispim Rosado
Paula Alexandra Sobral Guerreiro Santos Barbosa
Rita Rato Araújo Fonseca

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
José Luís Teixeira Ferreira

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai dar conta dos diplomas que deram entrada na Mesa.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, deram entrada na Mesa e foram aceites as seguintes iniciativas: propostas de lei n.^{os} 3/XI (1.^a) — Cria o complemento de pensão (ALRAM), que baixa à 11.^a Comissão, 4/XI (1.^a) — Descontos dos trabalhadores da função pública ao serviço da ANAM — Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA, para a Caixa Geral de Aposentações (ALRAM), que baixa à 11.^a Comissão, e 5/XI (1.^a) — Alteração ao Decreto-Lei n.^o 66/2008, de 9 de Abril, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos entre o Continente e a Região Autónoma da Madeira (ALRAM), que baixa à 9.^a Comissão; projectos de lei n.^{os} 95/XI (1.^a) — Alteração ao Decreto-Lei n.^o 220/2006, de 3 de Novembro — institui o pagamento globalmente, por uma só vez, à entidade empregadora que celebrar com o beneficiário um contrato de trabalho sem termo do remanescente do subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego inicial a que os beneficiários tenham direito (CDS-PP), que baixa à 11.^a Comissão, 97/XI (1.^a) — Condicionamento da intervenção das forças militares, militarizadas e de segurança portuguesas no estrangeiro (BE), que baixa à 3.^a Comissão, 98/XI (1.^a) — Protege e valoriza a reserva agrícola nacional (BE), que baixa à 7.^a Comissão, 99/XI (1.^a) — Estabelece o regime social e de segurança social dos profissionais das artes do espectáculo (BE), que baixa à 11.^a Comissão, 100/XI (1.^a) — Estabelece um regime especial de segurança social e de reinserção profissional para os bailarinos profissionais de bailado clássico ou contemporâneo (BE), que baixa à 11.^a Comissão, 101/XI (1.^a) — Eliminação de reserva formulada pelo Estado português à Convenção Europeia dos Direitos do Homem relativa à prisão disciplinar aplicável a militares (PCP), que baixa à 2.^a Comissão, 102/XI (1.^a) — Publicidade das declarações de rendimento dos titulares de cargos políticos (BE), que baixa à 1.^a Comissão, e 103/XI (1.^a) — Alteração ao Decreto-Lei n.^o 220/2006, de 3 de Novembro — passagem à reforma dos desempregados com mais de 55 anos, findo o período máximo de percepção das prestações relativas ao desemprego, sem aplicação do factor de redução no seu cálculo (CDS-PP), que baixa à 11.^a Comissão; e projectos de resolução n.^{os} 29/XI (1.^a) — Recomenda ao Governo que reequacione o traçado da A32 na freguesia da Branca, concelho de Albergaria-a-Velha (BE), que baixa à 9.^a Comissão, 30/XI (1.^a) — Recomenda ao Governo que rejeite o atravessamento da Mata Nacional do Choupal pelo IC2, no concelho de Coimbra (BE), que baixa à 9.^a Comissão, 31/XI (1.^a) — Recomenda ao Governo sete medidas anticrise com efeito rápido na agricultura, cinco medidas para o Regime de Pagamento Único (RPU) ser pago a tempo e horas, nove medidas para salvar o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e que defenda o interesse nacional e a agricultura portuguesa junto da União Europeia (CDS-PP), que baixa à 1.^a Comissão, e 32/XI (1.^a) — Recomenda ao Governo que legisle de modo a permitir a passagem à reforma dos desempregados com mais 55 anos, findo o período máximo de percepção das prestações relativas ao desemprego, sem aplicação do factor de redução no seu cálculo (CDS-PP), que baixa à 11.^a Comissão.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, da nossa ordem de trabalhos de hoje consta o debate da interpelação n.^o 1/XI (1.^a), centrada na transparência das políticas públicas, apresentada pelo PCP.

A abrir o debate, em nome do partido interpelante, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta interpelação é sobre um princípio fundamental da nossa Constituição e do regime democrático — a subordinação do poder económico ao poder político.

Este princípio basilar tem sido violado sistematicamente e hoje é o poder económico que, de facto, manda no poder político.

Foram criados mecanismos para a apropriação dos recursos públicos, beneficiando da opacidade, das privatizações, da promiscuidade entre os lugares públicos e os grupos económicos privados. E este é o terreno fértil para o império da corrupção.

Começemos pelo tema da opacidade e falta de transparência.

O Presidente do Tribunal de Contas disse recentemente que «colegialidade e transparência favorecem o combate à corrupção». A transparência, dizemos nós, é uma obrigação do Estado e do Governo em particular. Mas hoje ninguém, nem sequer a Assembleia da República, sabe como são aplicados muitos milhões de euros.

O PIDDAC aprovado não é, de facto, o plano real de investimentos públicos, resumindo-se, praticamente, a um conjunto de «sacos azuis» de que o Governo faz o que quer. Existem inúmeros programas sem controlo, como o PARES, os contratos-programa extra financiamento para as autarquias ou instituições de ensino superior, ou os apoios aos clubes desportivos. Aliás, o mesmo se diga quanto ao QREN, em relação ao qual desafiamos o Governo a que entregue, com a proposta de Orçamento para 2010, a listagem dos projectos e acções aprovados e com os pagamentos no próximo ano, incluindo todos os dados sobre eles.

Ao longo da última Legislatura, numerosos contratos com o sector privado, envolvendo apoios públicos, foram sonogados ao Parlamento, numa atitude de total ilegalidade e grave violação dos deveres constitucionais do Governo. O PCP entregou no Tribunal de Contas alguns deles, depois de anos de exigência de documentação que o Governo, ilegalmente, não forneceu. O Estado e o seu Orçamento não são uma coutada do Governo e dos grupos económicos que apoiam a sua política.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Todos os negócios com envolvimento público têm de poder ser fiscalizados pelo Parlamento.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Desde 2004, até à passada segunda-feira, foram aprovados em Conselho de Ministros 89 resoluções com contratos de apoio a empresas privadas, que, na esmagadora maioria, não têm disponível o seu conteúdo e os anexos completos. Muitas encerraram, despediram, deslocalizaram-se, estão em *lay-off*.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É uma vergonha!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Só a Américo Amorim, nas empresas explicitamente referenciadas como do Grupo Amorim, é objecto de sete resoluções de apoio do Conselho de Ministros. Mas lá estão também a Saint-Gobain/Covina com três contratos, dois dos quais já este ano, a Infineon, a Tyco, a Qimonda, a Lear; lá estão quatro contratos com empresas do Grupo BPN.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É tudo boa gente!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — O Governo tem-nos impedido de saber que apoios foram realmente dados, que contrapartidas foram exigidas. O que sabemos é que vigora a regra da impunidade após serem embolsados os recursos públicos por estas empresas, deixando para o Estado o pagamento das prestações sociais e para os trabalhadores o desemprego.

Mas, em matéria de opacidade e falta de transparência e negação da colegialidade, é preciso referir igualmente as inaceitáveis regras definidas pelo Governo para os ajustes directos, que passaram, nas empreitadas, a poder ir até 1 milhão de euros, num conjunto significativo de entidades públicas ou controladas pelo Estado, quando antes era, em regra, de 5000 euros ou, em certos casos, de 25 000 com consulta a três entidades. Um aumento máximo para 200 vezes mais ou, dito de outra forma, um aumento de 20 000%, no limite, do ajuste directo. E escusam de justificar com as directivas comunitárias, porque estas, obviamente, não obrigam os Estados quanto aos valores a estabelecer.

Quanto à aquisição de bens e serviços, passou-se também para 45 vezes mais, um aumento de mais de 4000% em relação ao limite anterior.

Ao mesmo tempo possibilitou-se que, nas autarquias, o presidente de Câmara ou o vereador, por delegação de poderes, passasse a poder decidir sozinho nestes montantes.

Deixamos, por isso, um desafio ao Governo e a todos os partidos: acompanhem-nos numa iniciativa para baixar drasticamente estes valores e garantir, assim, um aumento de transparência e colegialidade que toda a sociedade exige.

Aplausos do PCP.

Um segundo grupo de questões que afectam a transparência do Estado e a defesa do interesse público é o que diz respeito à progressiva transferência de competências do Estado para o sector privado, para as mais diversas formas jurídicas, designadamente empresariais, bem como à alienação danosa de bens públicos.

A transformação de entidades de carácter público em sociedades anónimas, para além de comportar em muitos casos a opção por uma gestão economicista, encobre, na prática, a passagem de actividades e, sobretudo, de negócios com base em recursos públicos para o sector privado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É o caso bem conhecido da Estradas de Portugal, detentora de uma concessão por 75 anos, para desdobrar em subconcessões a privados, garantindo, por várias décadas, negócios de rendimento certo. É o caso recentemente inviabilizado pelo Tribunal de Contas em relação ao novo Museu dos Coches: como a partir do Ministério da Cultura não se podia fazer por ajuste directo, transferiu-se a questão para a Parque Expo, para que esta o fizesse.

É ainda o caso da EDIA, para quem o Governo transferiu a gestão da valência hidroeléctrica de Alqueva e que a entregou, de mão beijada, à EDP. Neste caso a privatização foi feita através de um ajuste directo assente num despacho interpretativo de um secretário de Estado. Entretanto, a Autoridade da Concorrência exigiu à EDP cedências noutras explorações a empresas independentes dela, e a EDP entregou, assim, sem concurso, por cinco anos, à Iberdrola a exploração da Aguieira e de Raiva. A Iberdrola, curiosamente, detém uma participação significativa na própria EDP, para além de outras importantes explorações, como a do Tâmega. E, assim, se alienam, por várias décadas, recursos estratégicos para o País em benefício de negócio privado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há coincidências que coincidem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Podíamos falar ainda da famosa venda dos terrenos do Estado na Falagueira, às portas de Lisboa, no tempo do governo de Durão Barroso, ao empresário Pereira Coutinho. Terrenos que estavam destinados a um conjunto de empreendimentos públicos e que passaram a estar ao serviço da especulação imobiliária, que, aliás, contou com a alteração posterior da volumetria autorizada. Entretanto, com a construção do último troço da CRIL, o Governo impôs uma solução que esventra e empareda completamente duas zonas residenciais e de comércio local consolidadas e antigas, quando havia outras soluções, designadamente a passagem pelo tal terreno entretanto vendido pelo Estado. Só que isto prejudicava fortemente o projecto imobiliário, e, portanto, não se fez.

Prejudicou-se o interesse público e beneficiou-se o interesse privado.

Há uns anos, a Deputada Maria de Belém chamava-lhe «o estranhíssimo negócio da venda de terrenos património do Estado na Falagueira» — boas palavras, que continuam aplicáveis nos dias de hoje.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É verdade!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É preciso falar ainda dos regimes de excepção em matéria de ordenamento do território, como é o caso dos PIN. A coberto de promessas de actividades económicas, avançam em muitos casos meros projectos imobiliários e especulativos encapotados. Em relação a esta matéria, o mínimo que se pode exigir é que, caso não sejam cumpridos os compromissos de emprego e de actividade económica projectada, a sanção seja a reversão integral para o Estado do património e das respectivas mais-valias.

Um terceiro grupo de questões diz respeito à promiscuidade entre funções públicas e interesses privados, às ilegítimas benesses e regalias de muitos dirigentes da esfera pública e à partidarização do aparelho de Estado. São os escandalosos vencimentos, prémios e regalias que, em muitos casos, nem se conhecem. É a passagem de gestores públicos e responsáveis políticos para o sector privado.

Para além de repor propostas já apresentadas em relação a incompatibilidades várias, o PCP vai propor que a lei sobre crimes de responsabilidade dos titulares de cargos políticos seja aplicável também aos titulares de altos cargos públicos, de modo a abranger, designadamente, os cargos de nomeação política e os administradores de empresas que sejam nomeados por entidades públicas. E vai propor que a condenação destes titulares pela prática destes crimes implique a proibição do exercício de cargos semelhantes ou cargos públicos num período de 10 anos.

Finalmente, em todo este processo era preciso tentar neutralizar outro campo, o da justiça. E é preciso dizer que os ataques a que tem estado sujeito, nos últimos anos, o Ministério Público, em particular em relação à sua autonomia, são a continuação deste processo de tomada de assalto do Estado pelos interesses privados, que alguns querem que fique totalmente impune.

A pena ontem imposta ao Procurador Lopes da Mota, ao contrário do que se pretende fazer crer, é tudo menos simbólica. É uma pena rara, sobretudo aplicada a um magistrado de topo. Em 2008, só houve quatro sanções iguais ou superiores a esta que ontem foi aplicada. É uma pena que responde a uma conduta grave do Procurador.

Mas ninguém pode ignorar as perguntas que continuam por responder. E elas são: tendo havido pressões sobre os magistrados do «caso Freeport», quem solicitou que fossem feitas? Quem pretendia beneficiar com elas? Quem estava interessado em interferir no processo? São perguntas que o PCP tem vindo a colocar e que, estranhamente, não têm estado na ribalta das declarações e notícias sobre este assunto. De uma coisa podem estar todos certos: o PCP não vai deixar de as colocar!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Quem quer a falta de transparência é porque quer esconder a falta de legitimidade das suas decisões; quem quer retirar ao Estado a decisão sobre os assuntos públicos é porque quer deixar essas decisões nas mãos dos privados; quem quer manter o sistema de «vira casacas» entre funções públicas e privadas é porque quer servir apenas os grupos privados.

Por nós, queremos que a Assembleia da República seja respeitada nas suas competências. Queremos a gestão pública, decisões às claras, separação entre o público e o privado, o fim das negociatas e dos compadrios, que andam de braço dado com a política de direita.

Não queremos a promiscuidade, a privatização e a opacidade! E vamos continuar a lutar por uma mudança de política, no sentido da defesa do regime democrático, do respeito pelos valores constitucionais e do respeito pelo interesse público.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Ainda na fase de abertura do debate, e em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Jorge Lacão): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo tem uma elevada exigência quanto a matérias de rigor, de seriedade e de transparência com que desenvolve as políticas públicas.

Prova disso é a definição de matérias, de regras de procedimento, de soluções legais que conferem conhecimento generalizado, acessibilidade garantida e transparência efectiva às decisões públicas.

Em concreto, podem e devem apontar-se alguns aspectos da maior relevância para a transparência das políticas públicas.

Quanto às regras de transparência na contratação pública, ao abrigo do novo Código dos Contratos Públicos, avultam: a criação de um portal para os contratos públicos, colocando as novas ferramentas electrónicas ao serviço da publicitação dos contratos e do acesso generalizado dos interessados; a utilização das plataformas electrónicas na contratação pública; e, até, no caso dos ajustes directos, como requisito da sua eficácia, são objectivamente publicitados no portal quem adjudica, a quem foi adjudicado, por que preço e o quê.

As novas regras de transparência aplicam-se já, assim, a dezenas de milhares de contratos, incluindo os ajustes directos, subordinados, pela primeira vez, ao princípio da publicidade.

E quero realçar que, no *site* da *Internet* da Estradas de Portugal, Sr. Deputado Bernardino Soares,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Diga lá!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... entidade de capitais integralmente públicos, estão disponíveis, para consulta, as minutas-base de todos e cada um dos contratos de concessão.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ah! As minutas-base!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Quanto às regras de transparência no sector empresarial do Estado, saliento, desde logo, as que impuseram a obrigatoriedade de publicitação na *Internet* de relatórios anuais e trimestrais sobre o sector empresarial do Estado, bem como a divulgação das carteiras de participações do Estado e, também, relatórios periódicos dos princípios de bom governo, destacando-se, neste aspecto, a divulgação dos elementos mais relevantes das empresas, incluindo as remunerações e demais regalias dos corpos sociais; a definição de critérios mais exigentes no Estatuto do Gestor Público, nomeadamente em matéria de registo de interesses, património e rendimento, incompatibilidades e acumulações.

Quanto à transparência do sector financeiro, destaco: o envio semestral à Assembleia da República, pelo Ministério das Finanças, de todas as concessões extraordinárias ao nível dos meios de garantia pessoal atribuídos no âmbito do sistema financeiro; as resoluções relativas ao Programa Pagar a Tempo e Horas, contendo regras claras de divulgação sobre os prazos médios de pagamento das entidades públicas a fornecedores, e que tão decisivamente têm contribuído para uma regularização de êxito e sem precedentes; a publicitação das parcerias público-privadas, cujo universo integral é divulgado na *Internet*, através de relatório anual; no domínio do património imobiliário, foi criado o Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SUE) e aprovado, de forma pioneira, o Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado, apresentando o Governo, à Assembleia da República, relatório anual com informação detalhada sobre todos os imóveis adquiridos, onerados ou alienados.

Aplausos do PS.

No âmbito orçamental, é de realçar a obrigatoriedade, escrupulosamente cumprida, de edição de boletins informativos mensais, com a síntese da execução orçamental do subsector Estado, dos serviços e fundos autónomos e da segurança social.

Na área das compras públicas, importa também realçar o esforço feito, através da criação da Agência Nacional das Compras Públicas e, ainda hoje, da decisão do Conselho de Ministros de criação legal de uma entidade equivalente para o sector da saúde, não só para disciplinar as aquisições com poupanças de escala mas também para as tornar mais racionais e, portanto, transparentes e os procedimentos publicamente acessíveis.

No âmbito do apoio ao desenvolvimento económico, são de realçar: a divulgação electrónica de todos os apoios às empresas, em resultado da aplicação dos sistemas de incentivos do QREN; a divulgação das listas das empresas apoiadas ao abrigo de linhas de crédito;...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Isso é só para as pequenas!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e a disponibilidade de listagens das empresas apoiadas na modalidade de capital de risco, inscritas no *site* do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento.

Quanto aos apoios concedidos aos grandes empreendimentos, importa referir o seguinte: se estão em causa benefícios fiscais, o instrumento de concessão é a resolução do Conselho de Ministros, publicada em *Diário da República*;...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sem os anexos!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... se estão em causa apoios de natureza financeira, são concedidos, em regra, através de fundos comunitários e seguem os regimes disponíveis.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Noutros domínios não menos relevantes, como é o caso dos sectores da defesa e da segurança, é de realçar que o essencial das políticas públicas, em matéria de investimento, se espelha, hoje em dia, nas várias leis de programação: na Lei de Programação Militar, relativa aos equipamentos das Forças Armadas, na Lei de Programação das Infra-estruturas Militares, relativa à gestão do património imobiliário, e na Lei de Programação das Instalações e Equipamentos das Forças de Segurança (LPIEFS), sendo de realçar que delas decorre a incumbência, para o Governo, de informar ou apresentar relatórios periódicos de execução à Assembleia da República, com relação no cumprimento faseado das respectivas medidas.

Quanto ao modo como são acompanhadas as contrapartidas decorrentes dos grandes contratos na área da defesa, deve realçar-se a existência e o funcionamento da Comissão Permanente de Contrapartidas, susceptível, também ela, de responder perante a Assembleia da República.

O Ministro da Defesa Nacional lembrou, aliás, recentemente, que a Comissão Parlamentar de Defesa «recebe regularmente relatórios da Comissão Permanente de Contrapartidas» e realiza audiências com o seu Presidente, sustentando, e cito, que «não vê matéria para outra atitude que não o escrutínio constante, severo e apurado» da acção do Governo e da Administração.

Vale ainda lembrar o que ocorre noutras áreas relevantes dos serviços públicos.

Assim, no sector da saúde, e no universo do Serviço Nacional de Saúde, existe um suporte económico e financeiro claro e regulado por normas aplicadas, com rigor, em todo o sector, o que permite comparações regulares tanto a nível global como ao nível de cada uma das instituições.

As contas globais do SNS são tornadas públicas trimestralmente, no *site* da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS), e remetidas para o Ministério das Finanças, que as incorpora na execução orçamental trimestral do sector das administrações públicas, e são, igualmente, remetidas ao Instituto Nacional de Estatística, que as utiliza no âmbito do reporte às instituições comunitárias.

A esta realidade acresce ainda que as contas de cada subsector do SNS são igualmente publicadas trimestralmente no *site* da Administração Central do Sistema de Saúde. No caso do subsector das administrações públicas, divulgam-se as contas das administrações regionais, dos hospitais do sector público administrativo e dos fundos e serviços autónomos. Procede-se de forma idêntica em relação ao sector empresarial do SNS, constituído pelos hospitais EPE.

Finalmente, para além do empenho na publicitação e transparência das contas e políticas de saúde, as contas do SNS são auditadas de forma sistemática pelo Tribunal de Contas e pela Inspecção-Geral de Finanças, com particular realce para os hospitais EPE, e acompanhadas pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças. Mais do que uma gestão rigorosa e assente em critérios claramente formulados na lei, a prática governativa pauta-se pela disponibilização transparente aos cidadãos dos resultados dessa gestão.

Sublinho ainda um importante e recente exemplo do compromisso com a abertura e transparência nas políticas públicas. Na área das obras públicas, ainda no início do mês de Novembro, o Sr. Ministro da tutela emitiu um despacho destinado a conferir maior transparência à gestão das empresas públicas do sector, assente nas seguintes medidas: reforço de acções de controlo financeiro; criação de um *dossier* permanente das empresas do sector, com o elenco de elementos essenciais da sua missão, objectivos, estatutos remuneratórios e regimes de prémios e incentivos; preenchimento anual, pelas empresas, de inquérito de diagnóstico de aspectos relevantes da sua actividade no que respeita à celebração de contratos, com incidências no seu volume, procedimentos pré-contratuais adoptados, valores, prorrogações e preço final efectivamente pago; elaboração de planos de riscos de corrupção e infracções conexas.

Ainda no que respeita a medidas recentes, destaque também para a constituição, em execução do Programa do actual Governo, de uma comissão encarregada de elaborar um projecto de quadro de referência

dos códigos de conduta e de ética na Administração Pública, identificando princípios aplicáveis a todas as entidades do sector público, através de um novo e rigoroso instrumento orientador.

A título de conclusão, permitam-me, Sr.^{as} e Srs. Deputados, recordar ainda um recente exemplo, bem ilustrativo do compromisso com a transparência, assente igualmente em elevados níveis de exigência quanto aos resultados. Na sequência da concretização da Iniciativa para o Investimento e Emprego, aprovada em Conselho de Ministros há cerca de um ano, num contexto de urgência na promoção do investimento público, de forma a promover o crescimento da economia e a criar riqueza e emprego, o Governo entendeu adoptar medidas excepcionais de contratação pública que permitissem agilizar quatro áreas essenciais dessa aposta. Pois, apesar do horizonte temporal limitado das medidas excepcionais, apesar da sua urgência, apesar das necessidades de alcançar resultados céleres e dinamizadores do crescimento económico, o Governo não abdicou das exigências de transparência que pautam a actividade de contratação pública e submeteu as medidas excepcionais a particulares necessidades de publicidade em *Diário da República* e através do portal dos contratos públicos, sendo mesmo esta condição de eficácia em relação aos ajustes directos.

E os resultados aí estão para que todos possamos comprovar não apenas o compromisso do Governo para com a transparência e a criteriosa aplicação dos fundos públicos, mas a capacidade de realização e a eficácia das medidas adoptadas. Sem prejudicar o acesso de todos os cidadãos aos elementos essenciais dos contratos, lembro, exemplarmente, como o arranque do programa de modernização das escolas com a requalificação de cerca de 100 escolas em todos o País, trazendo oportunidades de emprego a milhares de famílias e potencial de desenvolvimento económico a centenas de empresas com as actividades relacionadas.

O Sr. **Presidente**: — Queira concluir, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E é assim, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que o Governo se orgulha de ser rigoroso e intransigente no modo como prossegue as políticas públicas e de assumir integralmente nelas o princípio da transparência.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista a inscrição de dois Deputados para pedidos de esclarecimento ao Sr. Deputado Bernardino Soares.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Duarte.

O Sr. **Pedro Duarte (PSD)**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, gostaria de começar por realçar a pertinência do tema que o PCP hoje aqui nos traz. Nesse sentido, saúdo o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

Com efeito, todos nós, no exercício destas funções parlamentares, nos dedicamos à apresentação de propostas políticas de iniciativas legislativas, à sua discussão, à sua posterior concretização, em muitos casos. Mas há uma outra responsabilidade, uma outra competência e, nesse sentido, também um outro dever para todos nós, enquanto Deputados, que, por vezes, alguns nos querem fazer esquecer. E isso passa pela nossa responsabilidade de escrutinar, de fiscalizar os actos do Governo e da Administração. Esse é um dever do Parlamento e uma responsabilidade de todos nós.

Julgo que todo o esforço que possa ser feito neste Parlamento nesse sentido é um esforço que deve ser elogiado. A este respeito, eu diria mesmo que, para nós, nomeadamente no PSD, que acreditamos numa democracia aberta, transparente, que assenta numa relação de confiança entre os cidadãos e o Estado ou, se preferirem, entre os cidadãos e os seus representantes no exercício de funções políticas, esta é uma questão prévia absolutamente essencial.

Se não tivermos sempre a capacidade de pôr em primeiro lugar o interesse geral, o interesse público, antes de qualquer outro interesse, evidentemente não vamos conseguir concretizar medidas positivas para o País.

Posto este fundamento, gostaria de colocar-lhe uma questão muito concreta, Sr. Deputado Bernardino Soares.

Como é sabido, o Partido Social Democrata apresentou, há uns dias atrás, uma proposta de criação de uma comissão de inquérito neste Parlamento, concretamente uma comissão de inquérito à relação do Governo com a Fundação para as Comunicações Móveis.

Realço que, desde esse dia, temos vindo a conhecer várias notícias que têm vindo a público, notícias essas que têm surgido quer através da investigação dos próprios órgãos da comunicação social, quer de iniciativas de instâncias europeias, quer mesmo, imagine-se, de declarações — eu diria mesmo contradições — de actuais membros do Governo e de membros do anterior governo.

Julgo que estas mesmas notícias têm vindo a reforçar a pertinência e a falta de transparência que envolveu todo o processo relativo à Fundação para as Comunicações Móveis.

A questão que lhe coloco, Sr. Deputado Bernardino Soares, é muito concreta: o Partido Comunista Português considera pertinente que o Parlamento aborde esta matéria, nomeadamente aprofundando o debate e a discussão, para daí podermos obter as melhores conclusões? Esperamos e desejamos que as melhores conclusões sejam que o Parlamento investigue o que tem de investigar, esclareça o que tem de esclarecer e que, por sua vez, o Governo e a Administração possam dar nota de que cumpriram, quer do ponto de vista legal, quer do ponto de vista ético, quer de qualquer outro ponto de vista, todos os requisitos que são considerados aceitáveis na sociedade portuguesa e, assim, todos acabarmos em bem. Considera o PCP ou não pertinente que o Parlamento tenha aqui uma palavra a dizer? E poderemos ou não contar com o Partido Comunista Português para aderir a esta proposta que o Partido Social Democrata apresentou há uns dias atrás?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto.

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, ao ouvi-lo dirigir-se ao Plenário para nos falar de transparência fiquei com a convicção de que era seu propósito contribuir de forma construtiva para o aumento do nível de transparência no funcionamento do Estado, do aparelho do Estado, dos serviços dependentes do Estado.

Mas a sua preocupação revelou ser menos uma preocupação construtiva de contribuir para a prossecução desse objectivo, que é comum, mas antes uma denúncia amalgamada de tudo, uma confusão entre o poder político e o poder judicial, um entendimento parcial e faccioso do Estado, que, curiosa e grotescamente, indiciaria até uma desconfiança atávica e ideológica dos Srs. Deputados do Partido Comunista Português em relação ao próprio Estado, em que o Estado é apresentado não como uma pessoa de bem, não servido por pessoas de bem, por homens e mulheres de bem, não como submetido ao princípio da legalidade, não como para aperfeiçoar a transparência da sua acção pública... Não, foi uma denúncia do conjunto das políticas públicas misturada com insinuações de intromissões no funcionamento do sistema judicial, uma amálgama confusa, uma «sopa» rica de acusações mal preparada!

Realmente, Sr. Deputado, a única coisa que se pode perguntar — o que é curioso, vindo da bancada do Partido Comunista Português —, em relação a esse seu voto de desconfiança para com o Estado e os servidores do Estado é a seguinte: qual é a bondade do estatismo a que o seu partido está associado e a gestão das políticas públicas, num Estado de direito democrático, levada a cabo pelo Governo do Partido Socialista, empenhado, como ficou demonstrado, no aprofundamento das regras da transparência, para bem da sanidade e da salubridade da nossa vida pública?

Protestos do Deputado do PCP Bruno Dias.

Não compreendemos esse entendimento maniquista: de um lado está o muitíssimo transparente, o translúcido estatismo do Partido Comunista Português e do outro lado está o opaco, o duvidoso, o suspeito das políticas públicas seguidas pelo Governo, eleito e apoiado pelo Partido Socialista, num quadro de um Estado de direito democrático, que, é certo, tem como seus modelos outros Estados de direito da Europa ocidental e, não, seguramente, as recordações do passado, anteriores a 1990.

Aplausos do PS.

Protestos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, as intervenções do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e do Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto neste início de debate podiam fazer crer que não há em Portugal nenhum problema de falta de transparência, nem de corrupção... Nada, não se passa nada!...

Aliás, só faltou ao Sr. Ministro, de entre os vários portais que referiu, falar de um portal para outra dimensão, que é aquele que já atravessou o Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, porque não vê nada do que se está a passar no nosso País!

Risos do PCP.

Amálgama, Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto, foi a sua intervenção, porque não se percebeu bem onde queria chegar.

Queremos saber — e respondo também ao Sr. Deputado Pedro Duarte — quais são os compromissos do Estado com as Pousadas de Portugal, com as Pirites Alentejanas, com as auto-estradas, com os computadores da Fundação que aqui tem sido referida. Queremos saber tudo?! Pois, queremos, Sr. Deputado! Temos o direito de saber tudo! Durante toda a anterior Legislatura pedimos esses dados e o Governo recusou-se a dá-los! Esses e muitos outros!

O Sr. **Sérgio Sousa Pinto** (PS): — Não ouviu o Sr. Ministro Jorge Lacão?!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — E vamos continuar a exigí-los, porque esse é o nosso direito e é o direito da Assembleia da República!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Por isso, Sr. Deputado, apresentámos propostas. E quero dizer-lhe que não vamos desistir desta nossa intervenção.

Quanto à comissão de inquérito que o PSD propõe, ela tem, certamente, conteúdo. O PSD parece que está um bocadinho hesitante em avançar com ela.

Vozes do PSD: — Não, não!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Anunciou-a há muitas semanas, finalmente apresentou-a e algum dia vai ser agendada... Mas pode ter a certeza de que estamos empenhadíssimos nesse assunto, como constatará no decurso desta interpelação.

Mas esta interpelação não é só sobre esse assunto, é sobre muitos outros, que também justificariam, eventualmente, outras comissões de inquérito. Não podemos fazê-las para tudo, mas podemos exigir uma política de transparência, que o Estado não tem tido quer com os vossos governos quer com os governos do Partido Socialista.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Bernardino Soares levantou uma suspeição sobre se o PSD entregou ou não na Mesa o diploma para pedir a constituição da comissão de inquérito parlamentar relativa à Fundação para as Comunicações Móveis.

Gostava, Sr. Presidente, se fosse possível, que a Mesa informasse o Plenário sobre se essa iniciativa deu ou não entrada e qual a sua data de entrada para que não restem dúvidas sobre esta matéria.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra também para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Já recebi a iniciativa.

Vozes do PSD: — Ah!...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Registo é a diferença entre a sua entrada e o momento do seu anúncio e também o facto de não ser uma iniciativa potestativa, como o PSD teria possibilidade de fazer.

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Agostinho Branquinho, não vamos arrastar indefinidamente este assunto.

A iniciativa já deu entrada, foi publicada no *Diário da Assembleia da República* e o seu debate terá de ser agendado até 15 dias depois da respectiva data de entrada. A marcação desse agendamento consta dos temas a abordarmos na Conferência de Líderes da próxima segunda-feira.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a Mesa regista a inscrição de 17 Deputados para pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, sabemos o que está na *Internet* relativamente aos negócios do Estado, mas temos o direito de saber o que não está lá, que é o mais relevante.

O Sr. Ministro referiu-se às contrapartidas, designadamente da Lei de Programação Militar, e eu lembro-lhe um relatório da anterior Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, elaborado nesta Assembleia, na passada Legislatura, coordenada, precisamente, por um Deputado do Partido Socialista, que fala em quadro lastimável e em desempenho medíocre, no que se refere ao acompanhamento do Estado relativamente à questão das contrapartidas.

Vozes do PCP: — Bem lembrado!

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, é sabido que o Ministério da Justiça vendeu os estabelecimentos prisionais de Lisboa e de Pinheiro da Cruz e, agora, paga uma renda pela utilização desses mesmos estabelecimentos, que corresponde a 5%, em cada ano, do valor da alienação. Isto significa que, em poucos anos, o Estado vai devolver ao comprador todo o dinheiro que ele lhe pagou!

Ora, é referido que existem mais de 20 edifícios — a imprensa fala em 22 — do Ministério da Justiça nestas condições.

Há notícias, hoje mesmo, relativas a nove *campus* da justiça que o Governo tenciona que sejam construídos em terrenos do Estado. O Estado dá os terrenos a privados, os privados constroem e o Estado arrenda as construções por um período de 30 anos e, no fim, os edifícios não são do Estado, são dos privados, que podem renegociar as rendas ou até podem pôr os tribunais com os trastes à porta da rua.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Que belo negócio!...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Ministro, quem faz negócios destes com o Estado não precisa de jogar no Euromilhões!

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, a questão que lhe coloco é esta: o Governo entende que é assim que se defendem os interesses do Estado? É assim que se defende o erário público?!

Coloco-lhe ainda uma última questão, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Foi aplicada, como se sabe, uma sanção disciplinar grave ao Procurador Lopes da Mota, que, aliás, se demitiu na sequência dessa sanção disciplinar, que revela, de forma indelmentável, que houve pressões sobre os procuradores do Ministério Público encarregados da investigação do «caso Freeport». E o Governo sempre negou que essas pressões existissem, ou seja, aquilo que o Governo sempre negou é, afinal, verdadeiro, comprovadamente verdadeiro!

Sr. Ministro, o País tem o direito de saber da parte do próprio Governo que pressões foram essas, quem pretendia beneficiar com elas e de quem foi a iniciativa.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, esse esclarecimento é um dever elementar de transparência democrática e nós insistiremos até que esses esclarecimentos sejam dados!

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, a intervenção de há pouco do Sr. Deputado Bernardino Soares, bem como, agora, a sua pergunta, demonstram a dificuldade que o PCP tem em se colocar relativamente ao próprio objecto desta interpelação.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Então, não se está a ver...!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — É uma interpelação sobre tudo e sobre nada,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — É sobre transparência!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... é como que uma prova para dizer: «Interpelo, logo existo»! E a verdade é que, em boa consistência,...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Responda lá!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... até ao momento não vimos, da vossa parte, qualquer tema relativo à prossecução das políticas públicas que, de uma forma sistemática, os senhores pudessem aqui identificar como carecendo de transparência estrutural.

Querem, portanto, alimentar a vossa interpelação à custa de uma espécie de girândola de casos dispersos, que vão desde a matéria sobre contratos, que reivindicavam que estivessem — ao nível das suas minutas — publicitados em *sites* adequados, nomeadamente no *site* da Estradas de Portugal (e, agora que estão, os senhores já querem obter outro tipo de informações que, no princípio, nem sequer reivindicavam),...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É falso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... à questão relativa aos arrendamentos, em particular na área do Ministério da Justiça, que na altura ficou demonstrado terem como consequência uma poupança significativa para o erário público...

Risos do PCP.

... em relação ao conjunto dos encargos então dispersos por vários edifícios, sem qualidade, com dispersão de meios e de equipamentos e com prejuízo manifesto para as pessoas.

Protestos do PCP.

Lembro aqui aquela que foi a solução exemplar do Campus de Justiça de Lisboa,...

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — Logo esse!...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... trazendo uma verdadeira qualificação à administração da justiça numa área tão importante para a população portuguesa.

Acerca disso, os Srs. Deputados dizem nada, mas nós continuaremos uma política de qualificação dos serviços públicos.

Quanto ao mais, Sr. Deputado António Filipe, designadamente o que se passou no interior do sistema judiciário e na aplicação de medidas num quadro que é de completa autonomia, o que pasmo é que o Sr. Deputado, que tantas e tantas vezes tem reivindicado o princípio da autonomia do Ministério Público, aqui venha querer criar uma confusão entre a esfera do político e a esfera da autonomia do Ministério Público.

Aplausos do PS.

É essa contradição que os senhores têm de averbar numa lógica, essa sim, sem qualquer transparência.

Protestos do PCP.

Os senhores não olham a argumentos para atingir os vossos fins! Mas nós sabemos distinguir a natureza das coisas e, por sabermos distinguir a natureza das coisas, não tenho qualquer comentário a fazer à última pergunta do Sr. Deputado António Filipe.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Carina Oliveira.

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, transparência, no léxico comum, significa clareza. Para o PSD, manifestamente, tem havido muitas situações de opacidade em torno das atabalhoadas opções que o Governo determinou para financiamento do sector rodoviário, que se traduziram em claros atropelos à lei e apenas conduziram a impasse, criando um problema gravíssimo que bem poderia ter sido evitado se nos tivessem ouvido, ao invés da postura arrogante com que nos trataram.

Senão vejamos (e aqui entronca a pergunta que quero fazer).

O processo das subconcessões rodoviárias avançou, à cabeça, sem acautelar o que estava disposto legalmente, nomeadamente a necessidade de serem feitos estudos de comparação entre a opção de fazer-se através de parcerias público-privadas *versus* opção tradicional. Numa explicação, na Comissão de Obras Públicas, o Sr. Ministro disse que esses estudos estavam a ser feitos agora, *a posteriori*.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Claro!

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Então, vamos fazer os estudos agora, depois de os contratos já estarem em curso?!... E esses estudos vão dizer o quê? Ora, adivinhem lá...?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Não admira que o Tribunal de Contas tenha invocado, de forma tão veemente, o claro atropelo à lei.

Não será demais lembrar que esses estudos e análises de custo/benefício deveriam ser apresentados antes da decisão de avançar com as subconcessões, podendo assim ajudar a perceber o seu interesse. Mas o que faz o Governo? Deixou-os para depois das obras adjudicadas, numa política de facto consumado!

O Sr. **Agostinho Branquinho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Que fiabilidade espera, Sr. Ministro, que atribuamos a estes estudos que, se não o são, parecem feitos à medida de uma justificação tardia?

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Ainda sobre estes modelos de parcerias público-privadas, nas subconcessões já lançadas, há uma parte das vias que são para construção de raiz, mas há uma outra parte onde se incluem as ainda estradas nacionais que são apenas para exploração. Alguém sabe qual é a percentagem destas vias no total das subconcessões?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Alguém sabe o que sobra para a gestão pública? Qual é o desfalque que é dado ao sector rodoviário público? Será que aqui vemos, nas entrelinhas, a privatização de parte do sector rodoviário em Portugal?

Mais uma vez, uma situação muito pouco clara!

Ainda a respeito desta matéria, soubemos esta semana, pela imprensa, que haverá renegociação destes contratos de subconcessão que foram «chumbados» pelo Tribunal de Contas. Parecia abrir-se uma luz ao fundo para o desembrulhar do novelo em que isto se tornou, mas, afinal, parece que vem aí mais uma trapalhada! É porque, depois de ouvirmos o Sr. Ministro admitir que existiriam negociações para encontrar soluções que ultrapassassem a ausência de visto prévio, veio — na passada terça-feira — o Presidente do Tribunal de Contas declarar que aqui não haverá negociações já que a lei é para cumprir e os juizes do Tribunal são soberanos na competência da decisão.

E agora, Sr. Ministro? Não teria sido mais fácil cumprir a lei desde o início?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — Estamos hoje pior, muito pior, do que estávamos em matéria rodoviária, com agravamento dos problemas. Aliás, diga-se a este respeito: o PSD não é contra o investimento público; o PSD é a favor de que as coisas se façam bem feitas e respeitando a lei,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Carina Oliveira** (PSD): — ... com a clareza que deve imperar quando se trata de dinheiro dos contribuintes e, portanto, de todos nós.

Estas são as perguntas que fazemos e que, lamentavelmente, dizem respeito a situações onde a clareza ou, se quiserem, a transparência não abunda.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não necessitaríamos de uma interpelação deste género para saber que este Governo se dá mal com a transparência, com o rigor e, em muitos casos, no limite, com a legalidade.

Gostaria de questioná-lo, Sr. Ministro, sobre uma questão específica de que falou: o Portal dos Contratos Públicos. Este podia e devia ser um portal da transparência — não custava nada! —, mas é de difícil acesso, tem apenas questões sumárias sobre os contratos e é de busca complexa. E tanto é assim que a Associação de *Software Livre* fez um outro portal, para tentar ajudar a interpretar o Portal da Contratação Pública.

Portanto, como entendemos que esta é, de facto, uma boa oportunidade para transformar este portal num portal da transparência, até pelo que aqui foi dito, pelas novas adjudicações directas que vieram alterar um pouco as regras do jogo e lançar a suspeita de que, às vezes, são desnecessárias, era razoável introduzir aqui algumas alterações.

Gostava de perguntar-lhe se estão ou não disponíveis, Sr. Ministro, para introduzir alterações na portaria, por forma a que este portal disponibilize mais elementos, da seguinte forma: explicação precisa e completa dos bens, serviços, obras e objecto dos contratos; publicação dos contratos, respectivos anexos e eventuais aditamentos; identificação dos demais concorrentes, com indicação do nome, sede e número de identificação fiscal, em particular dos concorrentes reclamantes e impugnantes — o que, porventura, resolveria interpelações deste género —; e, por fim, a reconfiguração do Portal dos Contratos Públicos com o objectivo de introduzir uma busca automática para que qualquer cidadão interessado possa fazer essa consulta livremente.

Tal faria com que, eventualmente, não tivéssemos necessidade de fazer interpelações deste género.

Gostava de fazer ainda uma outra pergunta que tem a ver com a fundação de que aqui se falou: em que ponto está, em concreto, o processo da Comissão Europeia? Há notas de que o processo está, de facto, já avançado; há notas de que nos preparamos para levar recomendações (não sei se, no sentido dessas recomendações, o Governo se prepara agora para fazer um concurso público para a aquisição de novos equipamentos), mas a verdade é que importa saber, nessa matéria, onde se gastou o dinheiro. Aqui, a informação do Governo é que faz confusão no que se refere aos programas e-escola e e-escolinha.

Houve várias rondas de perguntas de Deputados que não obtiveram resposta e eu gostava de saber quem pagou o quê e quem gastou o quê: a acção social escolar foi para pagar o quê? Há alunos do escalão A, aqueles que tiveram acesso ao *Magalhães* gratuito que ainda não receberam os livros a que tinham direito. A verba foi esgotada? A verba foi canalizada para onde, para que efeito?

Com este portal e com algumas respostas claras da parte do Governo não estaríamos, seguramente, neste «clima», que, às vezes, tem um aproveitamento ideológico da esquerda que prejudica o que é o bom andamento da acção do Governo e da economia do País.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, ouvindo a sua intervenção, em nome do Governo, proferida do alto da tribuna, sobre questões relacionadas com a transparência, nomeadamente a transparência do Estado em tudo o que tem a ver com a aplicação de dinheiros públicos, não posso deixar de dizer, Sr. Ministro, que fiquei algo espantada.

O senhor evocou o rigor, evocou a transparência, evocou até o Código dos Contratos Públicos, e, como parênteses, relembro que, pelo menos, já por duas vezes, este Código foi posto em causa por decisões do seu Governo, nomeadamente no que diz respeito aos ajustes directos. Para tanto, recordo o que se passou com a Frente Tejo e, também, com as obras recentes nas escolas e nos hospitais, em que as questões relacionadas com o ajuste directo foram beneficiadas por uma alteração que toda a gente contestou, inclusivamente as autarquias locais, que eram as beneficiárias desses projectos. Mas, Sr. Ministro, deixe-me detalhar mais sobre um aspecto de que falou e que tem a ver com o portal e com a divulgação das parcerias público-privadas.

O Sr. Ministro está lembrado do que se passou com o aditamento ao contrato de concessão do Terminal de Contentores de Alcântara? Uma parceria público-privada considerada pelo Tribunal de Contas como sendo um desastre para as contas do Estado — não sendo nem um bom negócio nem um bom exemplo para as contas do Estado.

Sr. Ministro, como é que o seu Governo justifica que esta Assembleia tenha pedido ao Ministério das Obras Públicas toda a documentação sobre este contrato e tenha estado nove meses à espera que a documentação

aqui chegasse e, quando chegou, estava incompleta, com artigos do próprio aditamento do contrato de concessão em branco e sem os anexos? Se o Sr. Ministro chama a isto transparência, não sei como poderemos considerar outras atitudes mais obscuras que possam existir, porventura, na nossa sociedade...

Portanto, este é o grande exemplo da falta de transparência, da total opacidade do Governo em relação a um negócio muito específico com uma empresa muito específica que se chama Liscont. Este processo que ainda não terminou mas, de qualquer forma, gostaria de ouvir, desde já, a opinião do Governo sobre esta matéria.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Carina Oliveira, em matéria de concessões ou de subconcessões rodoviárias, temos explicado uma e outra vez que o ponto de dificuldade em relação à posição assumida pelo Tribunal de Contas reside numa interpretação relativamente ao modo como ocorreu a necessidade de actualizar o valor actualizado líquido do esforço financeiro feito, em decurso das circunstâncias que agravaram as condições da operação financeira articuladas com essas concessões.

Nenhum problema de transparência está em causa, nenhum problema de opacidade resulta dessa dificuldade.

Protestos do Deputado do PCP Bruno Dias.

O Governo apresentou, entretanto, recurso dessa posição e aguardaremos de forma serena a procura de uma solução adequada em relação ao que conta, porque mesmo em relação ao chamado comprador público (que, entretanto, o Governo teve ocasião de actualizar e, portanto, também aí, de se actualizar em relação à disposição legal), não creio que haja, da parte do PSD, alguma autoridade para citar um aspecto que nunca o PSD, no tempo dos seus governos, alguma vez concretizou.

Gostaria de sublinhar o seguinte: verdadeiramente, os senhores não parecem estar preocupados em concorrer para a superação de uma dificuldade mas, sim, em criar condições para que as auto-estradas transmontana, ou do Douro interior, ou do baixo Alentejo, ou outras nestas situações não tivessem condições para se concretizar no nosso país.

Esta, sim, é que é a grande divergência entre os senhores e nós!

Aplausos do PS.

Nós queremos que haja desenvolvimento do País e os senhores querem aproveitar todas as dificuldades para obstaculizar a esse mesmo desenvolvimento!

O Sr. Deputado Hélder Amaral referiu-se aqui à circunstância de o Portal dos Contratos Públicos poder, eventualmente, ser aperfeiçoado, bem como as plataformas electrónicas que hoje permitem a utilização desmaterializada para todos os procedimentos relativos aos concursos públicos.

Sr. Deputado, poderemos sempre aperfeiçoar os instrumentos ao nosso dispor, mas a verdade é que está a referir-se a instrumentos que não existiam no passado e que passaram a existir por iniciativa do governo do PS. Assim, talvez não lhe ficasse mal começar por sublinhar que estes instrumentos introduziram uma profunda alteração qualitativa na maneira como se processam os concursos públicos no nosso país, a partir da entrada em vigor do código.

Quanto ao tema dos computadores, o Governo está totalmente disponível para explicar à Câmara, como ao País, e já o fez, aquilo que pode ser explicado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Já o fez?! Onde?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E tudo pode ser explicado. Pode ser explicado, nomeadamente, por que é que, por exemplo, o governo do PSD pretendeu, na altura, criar uma fundação que alocasse as verbas comprometidas com os operadores de telecomunicações e durante todo o tempo da sua governação não foi capaz de o fazer. Nós estamos disponíveis para explicar como é que alocámos essas verbas ao serviço do interesse público mais relevante, que foi a capacidade de criar uma verdadeira sociedade de informação no nosso País, mobilizando para ela as novas gerações, actualizadas na utilização dos instrumentos electrónicos ao dispor da modernidade nacional.

Por isso, o que verdadeiramente conta, Sr. Deputado, é podermos dizer, nesta bancada, que são quase 1 200 000 os computadores entregues de acordo com o respectivo programa e-escola e que 800 000 foram as novas assinaturas de acesso à utilização de *internet*, tendo criado uma verdadeira revolução na utilização das novas tecnologias de informação em Portugal.

Sr. Deputado, é disso que nos orgulhamos. Quanto ao mais, temos toda a disponibilidade para dar as explicações que entender ainda por pertinentes.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então não têm!...

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr.^a Deputada Helena Pinto...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, peço-lhe que tenha atenção ao tempo de que dispõe.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Sr.^a Deputada Helena Pinto, peço desculpa, mas tenho de referir que o sentido essencial da sua pergunta não era uma preocupação em relação ao futuro, era, sim, essa preocupação, essa obstinação permanente do Bloco de Esquerda em querer continuamente ajustar contas com o passado.

E com essa obsessão de ajustar contas com o passado, até nomeadamente em matéria das transformações, da modernização, da inovação, por exemplo, em relação ao parque escolar, a Sr.^a Deputada veio aqui invocar o quê? Um eventual descontentamento dos autarcas. E um descontentamento dos autarcas em relação a que matéria, Sr.^a Deputada? Em relação à presunção de que o Governo ia fazer um certo decreto-lei que não fez, porque aquele que efectivamente foi feito garantiu todas as regras não só de eficácia como de transparência. E aí está a resposta, em mais de 100 escolas a serem totalmente modernizadas no parque escolar do nosso país.

Aplausos do PS.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E o terminal de contentores em Alcântara?

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Andrade.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, já aqui se ouviu falar de exigência, de rigor e de transparência. Permita-me que ponha aqui mais uma palavra: responsabilidade.

Responsabilidade na gestão dos recursos públicos: essa responsabilidade é necessária, mas tem de ser de todos. Essa responsabilidade também tem de ser desta Câmara. O PS ganhou as eleições em 27 de Setembro. O PS não tem maioria absoluta, mas deixem-me lembrar algo ao PSD, pois já ouvi várias vezes o seu líder parlamentar afirmar que há uma maioria absoluta de oposição nesta Câmara. Ora, num Estado de direito, com políticos sérios, não há sistematicamente uma maioria de oposição, há, sim, uma maioria para governar o País.

Aplausos do PS.

Essa responsabilidade tem, portanto, de existir também nesta Câmara. Para conseguirmos definir políticas na área da economia, políticas na área do social ou políticas financeiras temos de estar acordo em muitas matérias. O PS está aberto a tudo discutir de forma séria.

No que diz respeito à transparência há muito trabalho a realizar nessa matéria. Há muito trabalho a fazer, e todos os sabemos, para a prevenção da corrupção, mas ainda há pouco o Sr. Ministro aqui anunciou um conjunto largo de medidas que já foram tomadas pelo anterior e por este Governo nessa matéria.

Sabemos que, como também o Primeiro-Ministro já aqui o afirmou, temos de criar um código de conduta e medidas de prevenção nas empresas e na Administração Pública para combater a corrupção, mas deixo-lhe duas perguntas, Sr. Ministro.

Primeira pergunta: neste combate à corrupção é necessário fazer aperfeiçoamentos legais. Quais são os aperfeiçoamentos que o Governo considera necessários fazer neste momento?

Segunda pergunta: num País que tem muitas leis mas que, muitas vezes, não são cumpridas por não haver possibilidades físicas, materiais, no terreno para as fazer cumprir, quais os meios, as condições operacionais de funcionamento que o Governo pode dar, e reforçar, às autoridades competentes nesta matéria?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira para pedir esclarecimentos.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, os contratos de concessão para a construção de auto-estradas, sobretudo da Transmontana e do Douro Litoral, previam, inicialmente, que a concessionária se pudesse substituir ao Estado e fizesse o investimento da construção, sendo posteriormente ressarcida por duas vias: por um lado, através das receitas das portagens e, por outro lado, com um pagamento anual feito pela Estradas de Portugal, SA.

Estes adiantamentos, segundo o Presidente da Estradas de Portugal, foram retirados das propostas na fase final do concurso porque aquela empresa terá conseguido obter melhores condições de crédito junto da banca. Portanto, a Estradas de Portugal prescindiu desses adiantamentos quando estes poderão ter tido alguma relevância na classificação das empresas durante o concurso, o que poderá, desde logo, ter fragilizado a transparência dos concursos.

O mais grave é que, tendo a Estradas de Portugal prescindido desses adiantamentos, seria suposto que automaticamente se verificasse uma redução proporcional do valor a pagar por aquela empresa, uma vez que esses adiantamentos não ocorreram. Mas, pelos vistos, o que aconteceu foi que a Estradas de Portugal teve ainda de fazer um esforço financeiro maior, porque tudo se terá passado, para efeitos de pagamento por parte da Estradas de Portugal, como se esses adiantamentos tivessem de facto ocorrido. A ser assim, é claro que o interesse público não foi acautelado.

Sr. Ministro, o que quero saber é se o facto de esses adiantamentos não se terem verificado teve ou não alguma relevância nos pagamentos que a Estradas de Portugal fez à concessionária.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, são um escândalo conhecido os salários milionários, pensões, prémios e outras mordomias dos gestores públicos e similares portugueses, num País de baixos salários, auferidos, inclusivamente, por alguns daqueles que, depois, na praça pública vêm clamar pela contenção salarial.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem!

O Sr. **Agostinho Lopes** (PCP): — Permitam-me referir-me hoje apenas ao problema da transparência e do conhecimento público dos vencimentos e remunerações dos gestores públicos.

No contexto deste escândalo, o governo anterior foi publicando diversa legislação, particularmente resoluções do Conselho de Ministros, desde 2005. Ainda em Abril passado, o então secretário de Estado do tesouro e finanças tornava a prometer que o governo ia obrigar as empresas do sector empresarial do Estado a publicitar a discriminação individualizada dos vencimentos.

Olhando para o relatório de boa gestão da Direcção-Geral de Tesouro e Finanças, e passados quase três anos sobre a última legislação publicada, pergunto-lhe, Sr. Ministro: por que é que ainda há empresas que não cumpriram o que está legislado? Por que é que a REN, empresa de capitais maioritariamente públicos, que, aliás, quase duplicou os custos do seu conselho de administração de 2007 para 2008, se atreveu a escrever no seu relatório de contas de 2008 o seguinte: «entende-se não se dever proceder à discriminação individual das respectivas remunerações»?

Caso mais estranho é o do Banco de Portugal. Ao longo da legislatura anterior, Sr. Ministro, o PCP foi fazendo perguntas, escritas e orais, ao Sr. Ministro de Estado das Finanças em vão. Em Fevereiro de 2007, o governo de então e o gabinete do Ministério das Finanças garantiram que, no quadro da alteração à Lei Orgânica do Banco de Portugal, artigo 64.º, em conjugação com o novo Estatuto do Gestor Público e com os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado, os salários do governador, dos vice-governadores e dos administradores seriam publicitados anualmente.

A pergunta é simples: por que é que os relatórios de gestão do Banco de Portugal de 2007 e de 2008 não têm tal informação? Quando nos dará o Governo essa informação? Ou são os membros do Conselho de Administração do Banco de Portugal algo estranhos às normas e às leis portuguesas?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, peço-lhe licença para que a pergunta colocada pelo Sr. Deputado José Luís Ferreira seja respondida pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações. Se o Sr. Presidente estiver de acordo, reponderei, assim, a dois dos pedidos de esclarecimentos entretanto formulados, ou seja, aos Srs. Deputados Mota Andrade e Agostinho Lopes.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, nesse caso, terá de haver uma partilha de tempo. O total para respostas, neste caso, é de 3 minutos, pelo que os membros do Governo que vão responder terão de dividir entre si este tempo.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Assim será, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Mota Andrade, muito rapidamente, quero sublinhar a atitude do Governo: disponibilidade para acompanhar os trabalhos desenvolvidos na Assembleia da República em relação à ponderação dos aperfeiçoamentos legislativos que se revelem tecnicamente pertinentes para aperfeiçoar o nosso sistema legal. Todavia, como sempre temos dito, há que compreender que não é no essencial da inovação legislativa que provavelmente temos a resposta fundamental a encontrar no combate à corrupção, mas, sim, verdadeiramente na introdução de uma nova cultura de prevenção, que seja rigorosa e eficiente à escala de todos os serviços públicos, incluindo o sector público empresarial. E é precisamente por isso que estamos a elaborar os códigos de conduta, que se transformarão em elementos de controlo e de exigência no cumprimento dessa cultura de prevenção.

Sr. Deputado Agostinho Lopes, já é conhecida a atitude assumida publicamente pelo Sr. Primeiro-Ministro quanto à ponderação que o Governo em breve fará para aplicação de medidas adicionais, nomeadamente quanto à tributação dos prémios dos gestores do sector público empresarial. O que lhe peço é disponibilidade e paciência apenas para que possa, muito em breve, conhecer quais são as nossas posições.

No entanto, não deixa de ser interessante que o Sr. Deputado Agostinho Lopes aqui tenha referido o novo Estatuto do Gestor Público, aqui tenha referido os *sites* relativamente à edição dos relatórios através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, onde agora se consagram todas as informações disponíveis,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Quanto?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... incluindo as relativas aos estatutos remuneratórios, aos prémios e a qualquer outro tipo de benefício aplicável ao gestor das empresas públicas, e isso assim feito pela primeira vez em Portugal.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Estão lá as normas, mas não diz quanto é! Qual é a quantia?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Mais uma vez, Srs. Deputados, é o princípio da transparência a funcionar. E é precisamente em função do princípio da transparência que melhor estaremos todos colocados para tomar as medidas que se impuserem em nome da moralização do sector público empresarial.

Aplausos do PS.

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — Diga lá quanto é que o homem ganha!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações.

Sr. **Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações** (Paulo Campos): — Sr. Presidente, Sr. Deputado José Luís Ferreira, como sabe, a auto-estrada transmontana e a concessão do Douro Interior são duas concessões onde não há cobrança de portagens, havendo apenas na auto-estrada transmontana uma parte muito residual de cobrança de portagens. E, portanto, qualquer adiantamento feito pelos consórcios privados terá, obviamente, de ser ressarcido mais tarde pela Estradas de Portugal, porque não há outra forma de ressarcir esse parceiro privado. E esse adiantamento teria de ser ressarcido no futuro não apenas por aquele montante mas acrescido de todos os custos financeiros associados àquilo que o parceiro privado iria cobrar.

Portanto, o que aconteceu foi que os adiantamentos deixaram de constar das propostas finais, bem como os pagamentos, num montante claramente superior, nos casos quer da auto-estrada transmontana quer da auto-estrada do Douro Interior.

Assim, em consequência da retirada dos adiantamentos por parte da Estradas de Portugal, há um benefício claro, porque os pagamentos que são deduzidos são-no num montante muito superior, quer a preços correntes, quer a preços constantes, quer mesmo em termos de valor actualizado líquido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Reis.

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A transparência deve ser marca de um governo ao nível quer das organizações que dependem da tutela directa do Estado quer das organizações que dela dependem de forma indirecta.

A transparência é, de facto, condição fundamental às políticas públicas, na medida em que uma gestão transparente e rigorosa significa dinheiro em conta na caixa do Estado.

Perguntamos, por isso, ao Governo: haverá transparência quando um hospital público, nomeadamente o de Faro, adjudica, por 700 000 euros, à empresa Serviço de Utilização Comum dos Hospitais um contrato anual de prestação de serviços sem qualquer concurso público?

O Serviço de Utilização Comum dos Hospitais é, hoje — e cito um acórdão recente do Tribunal de Contas —, «uma organização empresarial sofisticada que, para além de ser privada, conjuga meios próprios com parcerias de negócio», nas quais participam empresas privadas puramente mercantis.

E haverá transparência — perguntamos, de novo, ao Governo — quando uma administração regional de saúde, designadamente a do Norte, estabelece por 800 000 euros um protocolo de adesão a um serviço, também por ajuste directo, com a empresa Serviço de Utilização Comum dos Hospitais?

«Estamos perante verdadeiros contratos onerosos de aquisição de serviços» — e cito um outro acórdão do Tribunal de Contas —, o que é tanto mais grave quanto o tipo de serviços em causa poderia ser adquirido no mercado e nele oferecido por qualquer operador.

Mas haverá transparência — perguntamos, de novo, ao Governo — quando a Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) e o consórcio Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) articulam entre si e elegem uma central de compras ligada a uma das empresas do consórcio?...

Refira-se que os signatários deste protocolo nem se deram ao trabalho de apresentar um estudo sobre a viabilidade económico-financeira da central de compras ou sequer um estudo qualitativo das vantagens da dita central.

Esta central de compras — e cito um terceiro acórdão do Tribunal de Contas —, «sem a realização de um procedimento concursal prévio, consubstancia um tratamento diferenciado, favorecendo um operador económico relativamente a outras entidades parcialmente interessadas em exercer a função central de compras, e ofende os princípios constitucionais e comunitários de igualdade, imparcialidade e concorrência».

Acabámos de saber neste debate que o Governo aprovou, hoje, a constituição de uma entidade que visa viabilizar a central de compras ao nível do Serviço Nacional de Saúde. O PSD não deixará de requerer todas as informações que se impõem acerca desta matéria, em tempo útil.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Boa sorte!...

O Sr. **Nuno Reis** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Uma gestão com rigor e transparência pode, por exemplo, evitar que, no espaço de um ano, a dívida dos hospitais a fornecedores aumente mais de 1000 milhões de euros.

Daí, a minha quarta e última questão ao Governo ser esta: para quando a tão prometida avaliação de desempenho, quer dos hospitais quer dos gestores hospitalares?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Assunção Cristas.

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, o tema, hoje, é a transparência. Olhando para as funções do Estado — pelo menos, para aquelas que são consensuais —, há duas que saltam à vista e sobre as quais gostaria de questioná-lo.

A primeira tem a ver com a gestão dos recursos públicos, isto é, com a afectação de receitas às despesas, e a segunda com a produção legislativa.

Em relação à primeira, a transparência do Estado no uso que faz do dinheiro dos contribuintes implica saber, antes de mais, quais foram a evolução e o aumento da dívida do sector público empresarial do Estado (aliás, aqui também já referido) nos últimos três anos. Como é que se comportou a dívida de longo prazo, a dívida de curto prazo e também os suprimentos dos accionistas a empresas como a CP, a STCP, a Refer, a Carris, a ANA ou a Estradas de Portugal?

Ainda dentro da despesa, Sr. Ministro, já perguntei várias vezes, tanto aqui, em Plenário, como em sede de comissão, e continuarei a perguntar enquanto não obtivermos resposta, o seguinte: em relação ao BPN, quanto do dinheiro dos contribuintes já está comprometido, senão directamente pelo menos indirectamente? É porque importa perguntar qual é a expectativa para a recuperação dos empréstimos que foram sendo feitos e que, agora, recentemente, mais uma vez, foram anunciados pela Caixa Geral de Depósitos.

No que diz respeito à produção legislativa, o Governo tem vindo a reclamar que a oposição apresenta propostas que implicam mais despesa. Porém, creio que o Governo não se tem dado ao trabalho de olhar para todas elas com a minúcia devida. Ora, deixo aqui uma, porque tem relevância e pontos de contacto com o que se está a passar neste momento na Europa. O CDS apresentou uma proposta relativamente aos atrasos de pagamento por parte do Estado — aliás, o Sr. Ministro, na sua intervenção inicial, até falou do Programa Pagar a Tempo e Horas. A nossa proposta vai nessa linha e visa estabelecer prazos mais curtos de pagamento e a obrigatoriedade do pagamento de juros moratórios quando há atrasos.

Então, pergunto: qual é a visão do Governo, enfim, a visão do Grupo Parlamentar do PS sobre esta matéria, quando, neste momento, na Comissão Europeia, se discute uma proposta de directiva, que vai substituir a anterior directiva, de medidas de luta contra os atrasos de pagamento nas transacções comerciais, e que visa precisamente estabelecer como regra 30 dias para pagamentos, juros moratórios, que, aliás, já tinha, e ainda um pagamento suplementar, uma indemnização de 5%, relativamente a todo o montante em dívida?

Como é que o Governo pretende comportar-se em Bruxelas? E como é que, transparentemente e em coerência, pretende comportar-se aqui, nesta Casa?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria Antónia Almeida Santos.

A Sr.^a **Maria Antónia Almeida Santos** (PS): — Sr. Presidente, não quero deixar de aproveitar esta oportunidade para desejar a V. Ex.^a o maior êxito no seu mandato.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Durante três décadas, o Serviço Nacional de Saúde demonstrou ser o serviço público português com maior impacto na evolução do colectivo nacional,...

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Maria Antónia Almeida Santos** (PS): — ... mas face às notícias de que, ontem, o Tribunal de Contas teria «chumbado» os contratos relativos ao Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, gostaria de questionar o Governo sobre quais as medidas que pretende apresentar para responder a este «chumbo» do Tribunal de Contas.

Hoje, foi anunciada a criação dos serviços partilhados, contribuições de prestações de serviços na área da saúde, em matéria de compras, logística e recursos humanos.

Sr. Ministro, a criação destes serviços partilhados, já anunciada por V. Ex.^a e hoje aprovada em Conselho de Ministros, constitui já uma resposta para que possamos ter uma central de compras mais eficaz e que representará com certeza ganhos de eficiência?

É esta a pergunta que lhe deixo para o Sr. Ministro ter a oportunidade de nos explicar essa matéria e para que o Sr. Deputado do PSD também fique mais esclarecido.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Heitor de Sousa.

O Sr. **Heitor de Sousa** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, a utilidade destas interpelações é óbvia para todos os grupos parlamentares. Queremos da parte do Governo respostas relativamente àquilo que cada grupo parlamentar entende como pouco claro ou pouco transparente na acção governativa e nos pressupostos políticos dessa acção governativa.

Queremos discutir com o Governo um dos argumentos principais — e que tem sido, aliás, uma arma de arremesso contra a oposição — que é a alegada irresponsabilidade da oposição na aprovação de medidas ou na crítica às medidas e à acção governativa que tem sido apanágio deste Governo.

E queremos fazê-lo não em nome de um ajuste de contas com o passado, como Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares referiu na resposta à Deputada Helena Pinto, mas em nome de um ajuste de contas com o presente — queremos ajustar contas com o Governo exactamente em relação a esse presente!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Heitor de Sousa** (BE): — E queremos fazê-lo a partir de dois exemplos muito concretos: o da CRIL e o das concessões rodoviárias da Estradas de Portugal.

Quanto ao exemplo da CRIL, o Sr. Ministro referiu na sua intervenção que a Estradas de Portugal tem um portal que é o símbolo de transparência da acção da Estradas de Portugal em matéria de informação ao público. O Sr. Ministro com certeza não foi ao portal da Estradas de Portugal consultar, por exemplo, o que vem lá dito hoje sobre o projecto da CRIL e o fecho da CRIL no lanço da Damaia e da ligação até Benfica. É porque se o Sr. Ministro tivesse consultado esse portal teria verificado, por exemplo, que o folheto que a Estradas de Portugal fez distribuir, nos meses de Junho e Julho, aos habitantes da Damaia e de Benfica desapareceu misteriosamente do *site* da Estradas de Portugal. Nesse folheto dizia-se, por exemplo, que o arranjo urbanístico a que se iria assistir no último lanço da CRIL permitiria uma requalificação do ambiente e do espaço público de tal maneira que desapareceriam quaisquer barreiras arquitectónicas ou outras entre a Damaia e Benfica.

Vozes do BE: — Exactamente!

O Sr. **Heitor de Sousa** (BE): — Pois o Sr. Ministro, além de não estar bem informado sobre o que vem dito no *site* da Estradas de Portugal acerca da CRIL, não foi com certeza ao local ver o que se passa com as obras do fecho do último lanço da CRIL. É porque se o Sr. Ministro, ou o Sr. Secretário de Estado das Obras Públicas, tivesse ido a esse local de obras, teria constatado a existência de autênticos muros de 5 m de altura — repito, 5 m de altura! — que não constavam da propaganda do Governo ou da Estradas de Portugal no passado mês de Junho e que agora vão tornar-se autênticas fronteiras, barreiras de remendo impossível, com os arranjos paisagísticos que aí venham a efectuar-se.

Sr. Ministro, isto não é governabilidade! Isto é irresponsabilidade governativa, porque o Governo não está em condições de obrigar a Estradas de Portugal a cumprir os projectos que anuncia que vai fazer.

E esta irresponsabilidade, Sr. Ministro, é o menor dos qualificativos que se pode dar àquilo que está a acontecer no fecho da CRIL.

O Sr. **Presidente:** — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. **Heitor de Sousa** (BE): — O vereador do Partido Socialista da Câmara Municipal da Amadora, Sr. Gabriel Oliveira, chama a isso «barbaridade urbanística». Nós somos muito mais brandos porque estamos apenas a evidenciar uma irresponsabilidade total por parte deste Governo.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Ministro, embora na passada ronda de perguntas tivesse havido condescendência em fazer uma descentralização do uso do tempo por parte do Governo na resposta pelo Secretário de Estado e pelo Ministro, devo recordar que isso não tem sido habitual nas interpelações. A interpelação, neste momento, está numa fase de perguntas à intervenção de V. Ex.^a. Assim sendo, pedia-lhe que tivesse isso em consideração.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, V. Ex.^a verá se é ou não viável pedir que, relativamente a algumas das perguntas formuladas, possa ser concedida a palavra a alguns dos Srs. Secretários de Estado presentes.

Em todo o caso, começando pelo Sr. Deputado Nuno Reis, gostaria de dizer que a verdade é que, em matéria de responsabilidades na gestão do nosso Serviço Nacional de Saúde, a preocupação do Governo, como aqui já tive ocasião de sublinhar, é inteiramente votada ao princípio da acessibilidade a todos os aspectos de gestão e das contas públicas.

Recordei aqui que essas contas são remetidas, para conhecimento adequado, com a regularidade, ao Ministério das Finanças, o qual, por sua vez, quer através das respectivas direcções-gerais quer através da própria Inspeção-Geral de Finanças, tem condições para estabelecer não só o acompanhamento como um

controlo efectivo. Essas mesmas contas, através dos instrumentos adequados, estão também disponíveis para serem acessíveis por parte dos cidadãos em geral, como acabei de referir, há pouco, na minha intervenção.

Por isso, tudo está disponível, tudo pode ser conhecido. Esse é o lema pelo qual nos orientamos.

Sr.^a Deputada Assunção Cristas, queria sublinhar-lhe que, em matéria do programa Pagar a Tempo e Horas, o que o Governo assumiu e o que, entretanto, já pode ser executado representa um sucesso assinalável em relação aos propósitos iniciais.

Como se sabe, esses propósitos são os de garantir que períodos não superiores a 90 dias permitam realizar as dívidas do Estado. A verdade é que o indicador de prazo médio dos pagamentos do sector público têm vindo a diminuir consideravelmente, em linha com a redução das dívidas a fornecedores. Se era, em média, de 87 dias, em 2007, é já de 65 dias, em 2009, podendo mesmo dizer-se que, perante os resultados conhecidos, apurados e fechados do ano 2008, mesmo em tempo de crise, Portugal foi o País onde os tempos médios de pagamento das entidades públicas mais se reduziram, no contexto europeu.

Temos, portanto, vindo a prosseguir um bom caminho e é nesse caminho que queremos continuar.

A Sr.^a **Assunção Cristas** (CDS-PP): — Então, estão disponíveis para a nossa proposta!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Quanto às suas perguntas sobre a evolução da dívida das várias empresas do sector público empresarial, Sr.^a Deputada, tem todos esses elementos disponíveis nos relatórios de progresso que hoje podem ser totalmente consultados e a Sr.^a Deputada pode, por si própria, obter todas as informações, com todo o grau de detalhe, empresa por empresa.

Relativamente à questão colocada pela Sr.^a Deputada Maria Antónia Almeida Santos, como foi aqui referido, o Governo está verdadeiramente empenhado, através de uma decisão do Conselho de Ministros, em criar os serviços partilhados na área da saúde e com isso criar condições para soluções de maior sustentabilidade, maior transparência e maior eficiência na gestão do Serviço Nacional de Saúde.

Quanto ao último ponto, que foi suscitado pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda Heitor de Sousa, relativamente à CRIL, queria aqui lembrar que a solução que está a ser executada é o resultado de uma solução de consenso que envolveu um trabalho muito aturado, nomeadamente com as autarquias de Lisboa, da Amadora, de Odivelas.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Não é verdade!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Deve ser um consenso entre o Governo e o Pereira Coutinho!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Queria aqui recordar que essa obra esteve parada demasiados anos em relação à concretização de um interesse vital da população da área metropolitana de Lisboa e que nos sentimos, do lado do Governo, muito satisfeitos por finalmente estar a contribuir para que uma infra-estrutura tão fundamental como essa possa, em breve, ficar disponível a toda a população da área metropolitana, e, volto a sublinhá-lo, através de soluções que foram conseguidas e concertadas num clima de grande consenso com as autarquias locais directamente envolvidas.

Aplausos do PS.

Protestos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Tiago.

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sem colocar em causa a necessidade óbvia e urgente de modernização do parque escolar, ainda assim não podemos admitir que se utilize essa justificada necessidade para esconder o que se vai passando um pouco por todo o País através da empresa Parque Escolar, EP criada por este Governo para obviar um conjunto de procedimentos legais.

Nas escolas intervencionadas por esta empresa, a Parque Escolar, EP, há sempre um projecto de arquitectura, um projecto bem pago, sempre adjudicado por ajuste directo, sem consulta prévia, ascendendo já a mais de 20 milhões de euros pagos por esta via.

Quem escolhe e quem escolheu as equipas projectistas? A Parque Escolar, EP, a tal empresa criada pelo Governo para gerir as escolas como quem gere um negócio, como se pode perfeitamente ler no próprio decreto-lei que a cria.

Por que razão não houve lugar a um concurso público ou, pelo menos, à consulta das três entidades empresariais, como estipula a lei? Como se justifica que a Parque Escolar, EP, sendo uma empresa pública, obvie a procedimentos legais, criando uma bolsa de prestadores de serviços escolhida dentro dos seus «gabinetes opacos», utilizando dinheiros públicos?

Por exemplo, em 220 procedimentos e adjudicações levadas a cabo por esta empresa, 160 foram-no por ajuste directo.

Em muitas das escolas intervencionadas há também a necessidade de grandes obras. Essas grandes obras colocam de fora, automaticamente, todos os pequenos ou médios construtores, com excepção de um punhado de empresas daquelas grandes como a liderada por Jorge Coelho, a Mota-Engil, que já angariou, só em contratos com a Parque Escolar, EP e sozinha, contratos na ordem dos 109 milhões de euros.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Coisa pouca!...

O Sr. **Miguel Tiago** (PCP): — Porquê centralizar as decisões numa empresa? Porquê tornar a gestão do parque escolar num negócio de milhões para empresas privadas quando esta gestão poderia ser feita, como toda a restante gestão educativa, através das direcções regionais da educação e do próprio Ministério da Educação?

Dirá o Governo que quem questiona esta matéria se está a opor à modernização. Desde já dizemos que não. O PCP exigiu sempre uma intervenção rápida e urgente nas escolas públicas, mas o que aqui está em causa é que não se pode usar a necessidade de modernização para justificar estas negociatas obscuras que vão sendo feitas pela empresa Parque Escolar, EP a coberto do Governo.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Amadeu Albergaria.

O Sr. **Amadeu Albergaria** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Num momento em que o Governo procura a vitimização fácil, ameaçando o nosso país com a ingovernabilidade, é importante que saibamos bem distinguir a natureza dos actos do Governo e a sua implicação orçamental.

O Governo tem tido uma enorme dificuldade em perceber o que mudou da anterior Legislatura para a presente. Na verdade, muita coisa mudou, e mudou pela vontade expressa dos portugueses. A maioria está agora na oposição. Mas construir a governabilidade é uma responsabilidade que compete ao Governo.

A oposição está e continuará, certamente, a fazer o seu papel no Parlamento, como manda a Constituição: legislar e fiscalizar a actuação do Governo.

Este Governo não conta connosco para desbaratar os parcos recursos do Estado, num momento em que tantas e tantas famílias portuguesas passam por sérias dificuldades, fazendo exercícios de auto-elogio em páginas pagas na imprensa.

Se é este o tipo de uso que querem dar ao dinheiro dos portugueses, então, não podem contar com o PSD.

Por isso, gostaríamos de saber se existem verdadeiramente sinais de que as coisas vão ou estão a mudar. E é neste debate que hoje aqui temos sobre a transparência na vida pública que importaria saber se este Governo está preparado para mudar de hábitos.

Sr. Ministro, o Ministério da Educação, desde Março de 2005 até hoje, publicou, na primeira página do caderno de classificados do *Jornal de Notícias* mais de uma centena de textos apologéticos sobre a actividade do Ministério da Educação. Cerca de 90 000 euros do dinheiro dos contribuintes foram entregues a este jornal para publicidade auto-elogiosa, em forma de texto jornalístico.

Já no passado, o PSD denunciou esta prática dos anteriores responsáveis do Ministério da Educação. O mínimo que esperávamos era o fim destas práticas.

Não sabemos o que os anteriores titulares da pasta da Educação — um deles ainda membro no Governo — terão dito à nova equipa acerca deste tipo de «imprensa/publicidade» e «de despesa». O que sabemos é que estes textos, assumidamente redigidos pelo gabinete de comunicação da anterior ministra, mantêm o mesmo registo nas peças que continuam a ser publicadas e que foram levadas à estampa com títulos certamente sugestivos como «Novas Oportunidades, Medida Abrangente e Exigente», «O Mundo discutiu o futuro da educação de adultos» ou «Novas Oportunidades já leva um milhão de inscritos».

Neste capítulo, o dos ajustes directos e da publicidade paga para o auto-elogio, este Governo permanece igual ao anterior. Nem a crise e nem o descontrolo das contas públicas servem para o Governo abrir mão destes expedientes comunicacionais, que custam caro aos portugueses e não têm nenhum tipo de utilidade.

Sr. Ministro, gostaria de lhe colocar duas questões. Pretende o Governo terminar com este expediente sem sentido ou vai continuar a desperdiçar recursos, insistindo na utilidade desta série de anúncios publicitários?

Está o Governo disponível e empenhado para criar os mecanismos necessários para que as regras dos investimentos publicitários por parte de entidades do Estado em órgãos de comunicação social existam de uma forma clara e transparente e sejam efectivamente prosseguidos?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Baptista Santos.

O Sr. **Paulo Baptista Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As sucessivas intervenções do Governo e da bancada do Partido Socialista neste debate são bem esclarecedoras quanto ao entendimento que fazem sobre a transparência das políticas públicas.

Em sede de política orçamental e finanças públicas, por exemplo, hoje é bem patente que o «realismo» e o «rigor» tão propalados pelo Governo, na realidade, deram lugar à opacidade e ao engano.

No passado recente, estes mesmos protagonistas afirmavam e prometiam aos portugueses no Programa de Governo, e repetido até à exaustão na discussão orçamental, entre outras coisas, em sede da transparência das finanças públicas, o seguinte «Por razões de transparência, o Governo não esconderá a verdadeira grandeza do défice».

Para que não houvesse quaisquer dúvidas, afirmavam ainda: «O Governo assume, também, o compromisso de alterar os procedimentos de apuramento das contas públicas, de forma a impedir que no futuro surjam sistematicamente dúvidas sobre a sua qualidade técnica e imparcialidade.»

E rematavam ainda: «O Governo assume um objectivo de consolidação ambicioso, que requer elevada disciplina orçamental».

Sr. Presidente e Sr. Ministro: Recordar hoje a dimensão da ambição do Governo é recordar uma má memória. Aliás, convém lembrar a este propósito que o PSD, nesta mesma Câmara, propôs, em Julho passado, que a UTAO fizesse a avaliação exacta do défice das contas públicas.

Convém recordar ainda que, nesta Câmara, o PSD propôs que a UTAO fizesse o apuramento exacto do défice público administrativo.

Convém também recordar nesta Câmara qual foi a resposta daquela bancada: era um absurdo, era «gato escondido com o rabo de fora».

Por isso importa, hoje, perguntar ao Governo e ao Sr. Ministro que comentário merece a VV. Ex.^{as} o facto de, na versão actual das contas públicas e passados dois Orçamentos Rectificativos — numa triste reedição dos governos do Eng.^o António Guterres —, os portugueses e esta Câmara ainda desconhecerem com exactidão o valor do défice orçamental.

Sr. Ministro, não concorda que a falta de transparência das contas públicas têm afectado de forma crescente a credibilidade do Estado português junto das instituições europeias e da opinião pública em geral?

Por último, não concorda que no actual contexto de dificuldades económicas, em que o Governo e diversos departamentos do Estado exigem permanentemente às empresas e aos cidadãos rigor e transparência, é também uma obrigação ética dos governantes informarem o País de forma rigorosa e transparente sobre a utilização dos dinheiros públicos?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Tiago, a verdade é que, no que diz respeito ao Programa de Modernização do Parque Escolar, exactamente ao contrário do que disse, verificou-se uma larga abertura ao mercado das empresas de construção civil e obras públicas. Lotes constituídos de duas e três escolas puderam ser atribuídos a um conjunto de 61 empresas e a atribuição de uma escola a uma empresa verificou-se em 79 situações.

Protestos do PCP.

Esta é a verdade dos factos, Sr. Deputado!

Portanto, quando fala da concentração, da obscuridade em relação à concretização do parque escolar, o senhor viu o que não existe e recusou-se a ver aquilo que existe à frente de todos os portugueses: uma aposta, sem precedentes, na qualificação do sistema de ensino e, particularmente, das escolas, em Portugal.

Sr. Deputado Amadeu Albergaria, não sei se percebi bem uma das suas asserções iniciais. Dizia que a maioria está agora na oposição. Não sei se percebi a que maioria o Sr. Deputado se queria referir, porque só conheço, nesta Câmara, uma maioria: é a maioria relativa que sustenta o Governo.

Aplausos do PS.

A não ser que o Sr. Deputado entenda que faz maioria e que é isso que conta, ou seja, uma espécie de maioria política negativa sistemática em relação à qual o seu partido se revê integralmente.

Aplausos do PS.

Não creio, Sr. Deputado, que essa seja uma lógica política susceptível de ser sustentada.

Quanto ao mais, voltando ao princípio da transparência, eu próprio já tive ocasião de sublinhar a disponibilidade de o Governo, em linha com a concretização do seu Programa, vir a criar soluções de compreensão integral relativamente aos procedimentos de colocação de publicidade institucional nos órgãos de comunicação social. Mas outra coisa diferente, Sr. Deputado, é o compromisso que departamentos relevantes da nossa actividade administrativa têm de cumprir nas missões de divulgação didáctica e pedagógica que têm de levar ao conjunto da população.

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Espero que o Sr. Deputado não confunda essas duas realidades.

Sr. Deputado Paulo Batista, o que quero sublinhar, com simplicidade, é que o rigor das contas públicas é aferido por instituições idóneas — pelo Instituto Nacional de Estatística, pelo Eurostat — e creio que não há certamente na sua bancada intenção de colocar em causa a idoneidade destes organismos técnicos. Pela nossa parte, não o faremos e espero que o senhor nos acompanhe.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Montenegro.

O Sr. **Luís Montenegro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a natureza das entidades administrativas independentes e a relevância das funções que lhes estão cometidas — de regulação e de supervisão —

aconselha a que seja prestada uma particular atenção ao processo de nomeação e de cessação de funções dos respectivos membros.

A exclusividade de competências desta matéria nas mãos do Governo pode pôr em causa a respectiva independência e, no limite, condicionar o exercício pela Assembleia da República dos seus poderes de fiscalização, como, de resto, já se verificou na passada Legislatura na forma precipitada como foi posto termo pelo Governo às funções de um responsável de uma entidade nas vésperas de uma audição parlamentar para a qual havia já sido convocado.

Nesse sentido e recuperando uma iniciativa anteriormente apresentada, o PSD propôs que a nomeação de tais membros caiba ao Sr. Presidente da República sob proposta do Governo e, por outro lado, que a decisão de nomeação seja precedida da realização de uma audição pública na comissão parlamentar competente da Assembleia da República.

Não desconhecemos que esta opção merece uma especial ponderação no que toca à sua conformidade constitucional, mas, Sr. Ministro, antes mesmo do respectivo enquadramento constitucional, impõe-se saber se esta opção política merece o acolhimento do Governo e do Partido Socialista.

Essa é a questão política que gostaria de lhe colocar neste debate sobre transparência.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Montenegro, o Governo não tem quaisquer dúvidas em contribuir para a independência das entidades reguladoras e dos seus membros. O Governo não tem qualquer dúvida em que se possam ponderar aquelas situações em que faça sentido a intervenção da Assembleia da República, por exemplo, através de audições parlamentares prévias aos processos de designação ou de nomeação.

Mas, Sr. Deputado Luís Montenegro, pretender que, por via ordinária, certas competências de nomeação possam ser estabelecidas sem que elas se encontrem no estatuto constitucional do Sr. Presidente da República é algo que terá de compreender que não é uma questão do Governo nem da bancada do PSD, é uma questão de interpretação correcta da Constituição portuguesa.

Portanto, não direi mais nada, a não ser remetê-lo para uma boa leitura da nossa Constituição.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar ao período de intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Quando, em 2007, o PCP questionou o Governo sobre o financiamento do programa e.escola, o então ministro Mário Lino foi taxativo: «Dinheiros do Estado, zero!» Daí para cá foi o que se viu: milhões e milhões da acção social escolar, da Autoridade Nacional de Comunicações, e sabe-se lá mais de onde, transferidos para os operadores de telecomunicações que dizem que ainda têm dinheiro para receber do Estado!

Pelo meio, há uma fundação, instituída por empresas privadas, que o Estado se compromete a financiar e que transfere verbas para as empresas que a criaram para pagar iniciativas que as mesmas empresas se comprometeram a realizar.

Pelo meio, há um fundo para a Sociedade da Informação, criado pelo Governo já em 2007 para a mesma coisa, coordenado pela mesma pessoa que preside à fundação, localizado na mesma rua e na mesma porta, em instalações do Ministério.

Pelo meio, há um relatório e contas de 2008 da fundação, que afirma espantosamente que os fundos recebidos e os custos no âmbito do e.escola, e.escolinha e quejandos não são incorporados nas contas da fundação.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Que transparência!...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Governo agora vem afirmar que não tem nada a ver com isso e que o assunto só diz respeito às empresas. Pois ninguém o diria, ao ver o corrupio de ministros que andou pelas escolas antes da campanha eleitoral, durante meses, a entregar o *Magalhães* — e, nalguns casos, a trazê-los de volta, depois de acabar a encenação mediática!

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Aliás, o Governo dá a mesma resposta quanto às circunstâncias, no mínimo pouco claras, em que se contratou a produção do *Magalhães*. Mas aí importa sublinhar que, para além do «caso» J.P. Sá Couto, está em causa, desde logo, a opção — de implicações internacionais — pelo negócio com a Intel e com a Microsoft. E disto não se tem falado, Srs. Deputados.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Há muito por explicar quanto às opções de fundo deste processo, na ligação a estas multinacionais e até mesmo em confrangedoras operações de promoção protagonizadas pelo próprio Primeiro-Ministro, como sucedeu em plena Cimeira Ibero-Americana.

O tal «computador português» (que, antes de nascer, já estava no mercado desde 2006) é, na verdade, um produto global da Intel, que foi escolhido sem nenhum critério demonstrado, com o Governo a abrir a porta de mercados nacionais e estrangeiros. Mas há mais: é que muitos dos países que adoptaram esse produto dispensaram o *software* Microsoft e optaram por *software* livre. Em Portugal, o negócio foi completo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Claro!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Governo tenta lavar daí as suas mãos, mas não consegue. Quem aderiu ao programa e.escola, por exemplo, sabe que recebeu com o computador uma licença Microsoft, emitida e registada em nome do Ministério das Obras Públicas.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora aí está!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Temos em nosso poder um exemplar dessas licenças. Quantas centenas de milhares de novos clientes a Microsoft obteve com esta operação? Como se negociou a opção pelos processadores Intel? A que preços, com que contrapartidas e com que concursos?

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A governação PS tem, aliás, um notável currículo na relação com a Microsoft. Os sucessivos protocolos com a multinacional, que permanecem no segredo dos deuses porque o Governo nunca os forneceu ao Parlamento,...

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente! Nem com o *Internet Explorer* se vai lá!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — ... vão da educação à investigação criminal. O Ministério da Defesa fez uma parceria com a Microsoft de que nada se sabe, porque o Governo não respondeu às perguntas do PCP. Chegámos ao cúmulo de ter o tal «portal da transparência» dos contratos públicos (que já aqui foi falado) adjudicado à Microsoft por ajuste directo!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Ora bem! Que transparência...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quase se pode pensar que os grupos económicos não precisam sequer de quem os defenda nas negociações com estes governos.

Há 12 anos, o então governo PS decidiu entregar a exploração da linha ferroviária da ponte 25 de Abril a uma empresa privada. A CP foi impedida de concorrer e a parceria público-privada foi para a Fertagus, mais uma vez com enormes prejuízos para o Estado, apontados, aliás, pelo Tribunal de Contas, tal como agora em relação ao Terminal de Contentores de Alcântara e sua concessão à Liscont/Mota Engil.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ora, há três meses, o Governo decidiu negociar com a Fertagus o prolongamento do contrato de concessão, quando as próprias bases da concessão já não o permitem!

Questionado pelo PCP, o Governo presenteou-nos na sua resposta com esta verdadeira pérola: «Estamos perante um contrato celebrado livremente entre duas partes e que pode ser modificado a todo o tempo, desde que assim seja entendido necessário. (...) O prazo referido nas bases de concessão é, assim, indicativo e não vinculativo.» Vejam bem, Srs. Deputados, ao que chega a criatividade e o descaramento!

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Que transparência...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há dias, referimos aqui as preocupações manifestadas pela Comissão de Trabalhadores da CP, em 1996, sobre os estranhos negócios que então se faziam no comércio de sucata. Estávamos em 1996.

Agora, chegou à nossa posse um elemento novo. Trata-se de um ofício enviado pela Comissão de Trabalhadores ao Conselho de Gerência da CP, manifestando a perplexidade dos trabalhadores das Oficinas de Ovar pelo facto de a empresa ter vendido a uma firma de sucatas 50 toneladas de ferro a 17\$00/kg, provenientes de um *stock* adquirido pela CP a 150\$00/kg. O ofício, que refere expressamente a empresa Comércio e Sucata Godinho, Lda., de Esmoriz, foi enviado pela Comissão de Trabalhadores a 16 de Fevereiro de 1993.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Sobra para todos! Agora é com o PSD!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ora, 16 anos depois, aqui estamos a falar de um negócio que foi explicitamente denunciado pela Comissão de Trabalhadores da CP ao Conselho de Gerência e que, no entanto, se manteve durante as governações PSD de Cavaco Silva, PS de Guterres, PSD/CDS de Durão, Santana e Portas, PS de José Sócrates.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Exactamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Para estes governos, quanto menos os trabalhadores souberem, melhor.

A Metropolitano de Lisboa continua desde 2001 com um Conselho de Fiscalização em que o representante dos trabalhadores é ilegalmente mantido em funções pelo Governo, não o substituindo pelo representante entretanto expressamente designado pelos trabalhadores. Este ano, o Governo alterou os estatutos da empresa, retirando o representante dos trabalhadores desse órgão fiscalizador.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Quando não convém...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É precisamente para que isto não aconteça que o PCP vai apresentar um projecto de lei no sentido de reforçar os meios de acompanhamento e fiscalização interna nas empresas de capitais públicos e participadas pelo Estado, nas empresas concessionárias do Estado e nas sociedades cotadas em bolsa, garantindo o funcionamento de comissões de fiscalização e a representação dos trabalhadores nas mesmas.

É um contributo para responder a um problema sério, que só poderá ser efectivamente resolvido com vontade e com coragem políticas.

O problema, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é que os sucessivos governos têm vindo a assumir-se, na prática e na acção concreta, como autênticas comissões de negócios do grande capital. É esta a verdade e não há volta a dar-lhe!

De mecanismos de transparência pública e de escrutínio democrático, vamos assistindo demasiadas vezes à passagem para esquemas de negócio privado e financiamento oculto. Mas isso não resulta de «distracções».

A apropriação dos recursos do País e do povo, a privatização do lucro e a socialização do prejuízo, nada disto é um problema de abuso ou de falta de cuidado. É um problema de opções políticas. É a privatização da ANA Aeroportos; é a segmentação da CP e dos Correios; são as concessões, as subconcessões, as parcerias público-privadas; são os milhões e milhões e milhões de prejuízos para todos nós.

Quando Ary dos Santos falava nas «empresas que são do Estado — porque o seu dono é o povo», era afinal disto que estava a falar: da economia ao serviço do País. Porque a questão é a de saber ao serviço de quem estão as alavancas estratégicas da economia, que interesses e objectivos servem, quem as controla e a quem delas se presta contas. É uma questão de regime democrático.

Não façam confusão, Srs. Deputados! O que o País precisa e o PCP exige não é a mesma política de sempre com um pouco mais de transparência. O que o País precisa e o PCP exige é uma política diferente: uma verdadeira ruptura democrática, em que o interesse nacional, a soberania, a vida das populações, dos trabalhadores, dos reformados, dos jovens sejam, de facto, a razão de ser das opções políticas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Só a democracia, enquanto sistema político, assegura a transparência das políticas públicas.

Sendo, como é, integrada na sua matriz pelos princípios do primado da lei, da promoção, defesa e garantia dos direitos fundamentais, separação e interdependência dos poderes e subordinação periódica ao escrutínio dos cidadãos, a democracia moderna contém na sua génese a transparência das políticas públicas como exigência de procedimento para a defesa e promoção do interesse público que é pressuposto as políticas públicas deverem prosseguir.

Vai, nesse sentido, o enquadramento estabelecido na nossa Lei Fundamental. Vai nesse sentido, igualmente, a construção da União Europeia. Vai, ainda, nesse sentido a nossa filiação em instituições internacionais de que destaco o Conselho da Europa.

Ao contrário, os regimes totalitários, ao assentarem na negação da liberdade, são inimigos da transparência, porque desrespeitam os princípios da igualdade, da proporcionalidade, da justiça, da imparcialidade e da boa-fé.

Aplausos do PS.

Ao pretenderem atingir os objectivos da paz, do bem-estar e do desenvolvimento, as democracias elegem o escrutínio do exercício do poder como única forma de reforçar a confiança e a transparência na decisão.

Por isso estão hoje tão estudados, tão aprofundados e tão divulgados os princípios da *good governance*, aplicáveis ao Estado por questões de princípio mas aplicáveis também ao sector privado e ao sector da economia social, em si próprios e nas relações entre si.

O exercício da acção política nas sociedades modernas é caracterizado, entre variadíssimos outros aspectos, pelo maior grau de exigência dos cidadãos.

O investimento estratégico na capacitação das pessoas enquanto, elas próprias, agentes ao serviço do seu desenvolvimento e do das comunidades onde se inserem, traz consigo novos patamares de relação que são em si mesmos virtuosos e que implicam um constante aperfeiçoamento.

Por outro lado, a complexidade das mesmas sociedades e os novos modelos de relacionamento no âmbito da organização económico-social vieram acrescentar domínios em que a necessidade de demonstração da

subordinação do poder económico ao poder político democrático só é possível através da transparência, da prestação de contas e da responsabilidade.

A coexistência do sector público, do sector privado e do sector da economia social de propriedade dos meios de produção, constitucionalmente identificada, estabelece que são diferentes a natureza e os objectivos de cada um deles, mas isso não impede a articulação entre todos na prossecução de objectivos identificados.

Mas, ao contrário do que muitas vezes se afirma, o Estado não concorre dentro de si próprio nem concorre com o sector privado, porque prosseguem objectivos de natureza diferente, nem o sector da economia social, quando de reconhecido interesse público, concorre entre si. Antes coopera dentro de si próprio com o Estado.

A concorrência é um instrumento ao serviço do funcionamento eficiente dos mercados de modo a garantir a equilibrada concorrência entre as empresas e para impedir abusos de posição dominante, para que, em última análise, se garanta o papel social da economia e os objectivos do desenvolvimento sustentável.

A Administração Pública, visando a prossecução do interesse público, tem de se reger, hoje, por valores que são instrumentos de boa governação: o cumprimento da Constituição e da lei; a neutralidade política; a objectividade, a honestidade, a integridade, a cortesia, diria mais, a solicitude e a responsabilidade; a promoção dos mais altos padrões éticos e de qualidade nos serviços; o uso prudente dos dinheiros públicos e a prestação de contas na tomada de decisão.

Estes objectivos, pela sua natureza e pela sua extensão, só são cumpríveis se todos exercerem adequadamente as suas responsabilidades: os parlamentos, no exercício da sua função fiscalizadora dos actos do governo e da administração; os governos e as administrações na sua obrigação de prestação de contas; as entidades fiscalizadoras e julgadoras no exercício atento, diligente, neutral e isento das suas competências e os cidadãos no exercício dos seus deveres de cidadania.

O reforço dos poderes fiscalizadores desta Assembleia, propostos e construídos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em conjugação com os outros grupos parlamentares, na anterior legislatura, em que, recorde-se, detinha a maioria absoluta, constituiu um passo de gigante na construção deste valor da transparência.

Para além disto, convém recordar também o enorme e vasto trabalho de desburocratização encetado, de fortíssimo investimento na Administração Pública electrónica — já aqui sublinhado pelo Governo —, e o reforço das competências em tecnologias de informação, que alargam de forma ainda não totalmente explorada a capacidade de escrutínio não só no tempo como no modo, sendo, no seu conjunto, passos inequívocos ao serviço da transparência.

Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados: Investir no reforço das competências dos cidadãos, aumentar a consciência dos cidadãos e a capacidade dos cidadãos no exercício dos seus direitos e dos seus deveres de cidadania, reforçar os poderes de fiscalização do Parlamento, promover a transparência e a prestação de contas no trabalho de todas as entidades e autoridades públicas, suscitar a abertura e a participação activa de todos, a responsabilidade, a eficácia e a coerência são princípios da boa governação em constante aperfeiçoamento.

Sobre o seu compromisso na promoção, com provas dadas, destes princípios, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não aceita lições de ninguém, mas aceita, com certeza, o contributo de todos para que os instrumentos ao seu serviço possam ser permanente e exigentemente colmatados e aperfeiçoados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado, a quem peço concisão.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Maria de Belém, a Sr.^a Deputada teceu um conjunto de elogios relativamente à acção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — retórica! — e colocou a questão da transparência na estratosfera. Faço-lhe o desafio de deixar a estratosfera e passar à análise de um caso concreto: Grupo Amorim, ano 2008, 6 milhões de euros de lucro, sete resoluções do Conselho de Ministros. Nessas resoluções, houve vários incentivos, benefícios fiscais e apoios financeiros concretos à modernização e à criação de emprego.

O que é que a empresa fez? Despediu mais de 200 trabalhadores, não obstante o dinheiro que recebeu do Estado.

Por sete vezes, também, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português confrontou o Governo (tenho aqui as sete perguntas), perguntando que medidas é que ia tomar para cumprir aquelas resoluções e qual foi o montante que este grupo financeiro recebeu, em benefícios fiscais e em apoios directos do Estado, para estes objectivos. Sr.^a Deputada, a resposta que veio do Governo foi zero, nula!

Portanto, a pergunta que lhe quero deixar, concisamente, é a de saber que razões justificam esta opacidade de não esclarecimento desta Assembleia da República, que tem o direito de saber quanto dinheiro é que o Estado gasta com esses grupos financeiros, como é que é aplicado esse dinheiro e para que fins é que ele é utilizado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria de Belém Roseira.

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Machado, acusou-me de apenas ter feito um exercício de retórica, mas a retórica é papel deste Parlamento e a afirmação de princípios é também enquadadora da acção.

A única coisa que posso dizer ao Sr. Deputado, como afirmei naquela tribuna, é que este Parlamento aprovou, por iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Regimento da Assembleia da República, que impôs novas obrigações ao Governo.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Mas o Governo não cumpre!

A Sr.^a **Maria de Belém Roseira** (PS): — Na sua relação com o Governo, no âmbito das suas comissões, de que o Sr. Deputado faz parte, penso que é importante que exerça as suas responsabilidades e que o Governo preste as contas que deve prestar na sua relação com a Assembleia da República. Portanto, o que referi não é retórica.

É retórica o que enquadra o exercício das funções pelos Deputados e é-o também o que enquadra a relação desta Casa com o Governo e que, evidentemente, deve levar ao esclarecimento das dúvidas colocadas. Mas, Sr. Deputado, questão diferente é saber se, perante dúvidas que são para nascer e morrer como dúvidas, quaisquer esclarecimentos prestados possam esclarecê-lo ou habilitá-lo com os elementos que o Sr. Deputado gostaria de ter, ou de não ter para continuar a insistir na falta de esclarecimento.

Protestos do PCP.

Portanto, como não acompanhei esse caso concreto e o Sr. Deputado tem o Governo presente neste debate, está no espaço próprio para colocar todas as questões cujo esclarecimento considere indispensável para o exercício da sua função.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Pinto.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje, a Assembleia da República debateu a transparência e a responsabilidade da actuação do Governo em matérias de interesse público.

Srs. Ministros e Srs. Secretários de Estado, quase que me apetece dizer que procurar as razões e a justificação de alguns casos concretos que aqui foram apontados ao Governo é um exercício ainda mais difícil do que «procurar uma agulha num palheiro».

Sei que o Governo não está muito interessado neste debate. No entanto, gostaria de voltar a algumas questões que me parecem fundamentais.

Falámos de transparência e, para responder a estas questões, o Governo fala-nos da modernidade da *Internet* e da possibilidade de, através dos portais, termos acesso a toda a informação. Mas não chega, Sr. Secretário de Estado, e o senhor, porventura, saberá melhor do que ninguém que não chega, sobretudo na área das obras públicas. Não chega porque não queremos só informação. É preciso que lá conste a argumentação e a justificação, porque só assim a transparência terá consistência. De outro modo não tem!

Sr. Secretário de Estado, por exemplo, era importante que o Governo tivesse, hoje, respondido por que é que entre a proposta inicial e a adjudicação de seis novas subconcessões de auto-estradas existe uma diferença de mais 700 milhões de euros. Era bom que se soubesse qual a justificação e, já agora, não simplesmente através do portal. É pena que quando foi tempo de falar o Sr. Secretário de Estado não o tivesse feito.

Permita-me que lhe diga, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que estamos a debater a transparência e, quando lhe foi colocada uma questão muito concreta sobre a parceira público-privada considerada como a mais desastrosa de todos os tempos para o interesse público, sobre a parceira público-privada que viola o próprio código dos contratos públicos, sobre a parceria público-privada que aumentou a rentabilidade da Liscont em mais de 3 milhões de euros mesmo antes da assinatura do contrato,...

Vozes do BE: — É verdade!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — ... sobre a parceria público-privada cuja prorrogação foi por 27 anos e por ajuste directo, sobre a parceria público-privada em que há direito à indemnização da Liscont praticamente em todas as cláusulas — e, Sr. Ministro, não estou a falar por mim, estou a falar pelo relatório do Tribunal de Contas —, quando se questiona o Governo sobre esta parceira público-privada em concreto, sobre este negócio com a Liscont e com a Mota-Engil, o Governo não diz nada?

O Sr. **Jerónimo de Sousa** (PCP): — É uma vergonha!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — O Governo não diz nada, Sr.^{as} e Srs. Deputados?

Vozes do BE: — É uma vergonha!

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Sr.^a Deputada Maria de Belém, como é que vamos fazer com a retórica perante esta situação? O que é que podemos fazer perante esta situação?

O Bloco de Esquerda tem uma proposta muito concreta que vai trazer a este Plenário, Sr. Ministro: vamos pedir e propor a todos os grupos parlamentares a revogação do decreto-lei que permitiu o pior negócio de todos os tempos, que é uma vergonha nacional, e esperamos com isso poder contribuir para a transparência das contas públicas e, sobretudo, para terminar com um contrato absolutamente ruinoso ao qual o Governo, passados meses, continua a fechar os olhos, a fechar a boca e a cruzar os braços, o que é perfeitamente inadmissível, Sr. Ministro!

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Registo que o Governo, numa ou noutra intervenção, foi reconhecendo a necessidade de dar mais esclarecimentos, de transformar, por exemplo, o portal dos contratos públicos dando-lhe um melhor acesso, com informação mais clara, eventualmente mais rigorosa — e o rigor aqui é, seguramente, a melhor forma de justiça e de clareza —, registo até a forma reiterada com que o Governo se disponibiliza para dar informações ao Parlamento, embora, na prática, isso não aconteça.

De facto, o Governo perdeu uma oportunidade de ser transparente, por exemplo, na questão ainda agora colocada sobre o contrato com a Liscont, porque o contrato chegou-nos com partes omissas quando mesmo

inexistentes e por isso ficamos sem saber, por exemplo, como é possível implicar a REFER na obrigação de obras quando a própria REFER não é parte do contrato nem sequer foi tida nem achada, presumimos nós!?

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Bem perguntado!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Por exemplo, sobre o computador *Magalhães* — e quero dizer ao Sr. Ministro que concordamos e apoiamos o facto de hoje muitos e muitos portugueses já terem acesso aos novos computadores e às novas tecnologias, o que é uma belíssima ideia —, nada teria impedido que o Governo tivesse tomado essa iniciativa com rigor, com clareza, com transparência e com respeito pelos dinheiros públicos.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Não há transparência!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Como estava a dizer, ficamos sem saber se tem razão o Sr. Ministro, quando num programa de televisão diz que se gastou em acção social escolar 180 milhões de euros ou se tem razão o Sr. Secretário de Estado que, depois, num outro programa de televisão, diz que não é verdade, que se gastaram 220 000...? Portanto, ficamos sem saber qual dos dois, em órgãos de comunicação social diferentes, diz a verdade.

Também ficamos sem saber, no concurso das auto-estradas, se o Governo deu ou não indiciações à Estradas de Portugal para esquecer o visto prévio do Tribunal de Contas, visto este que é tudo menos prévio pois demorou um ano. É tudo menos prévio... E de quem é a culpa?

Ficamos sem saber por que é que não existiu o tal comparador público...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... e devo dizer ao Governo que concordamos e apoiamos as parceiras público-privadas se elas forem rigorosas, transparentes e feitas de acordo com o respeito pela legalidade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Uma coisa não impede a outra, porque o que é estranho é assistir a a Estradas de Portugal, segundo o relatório do Tribunal de Contas, abdicar do pagamento de 230 e 200 milhões, respectivamente, no Douro Interior e na auto-estrada transmontana, sendo, depois, a mesma Estradas de Portugal que não tem verbas para fazer análises subaquáticas em 170 pontes, 20 delas em risco iminente de ruptura.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Exactamente!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Portanto, esta situação não é transparente, não é rigorosa e merecia aqui um esclarecimento.

Também não foi dada resposta a uma pergunta aqui feita sobre o valor actualizado líquido nas concessões das auto-estradas de Trás-os-Montes e do Douro Interior onde há aumentos para o concedente e valores de obras mais reduzidos — isto consta do relatório do Tribunal de Contas.

Portanto, estas são questões sobre as quais, se houvesse rigor e transparência, nós, porventura, não teríamos dúvidas e estaríamos todos muito mais descansados com o uso que se faz dos dinheiros públicos.

Gostaria também de dizer, Sr. Secretário de Estado e Sr. Ministro, que hoje o Governo podia e devia ter dado mais respostas e mais esclarecimentos sobre estas matérias. Podia e devia dizer-nos quanto é que se gastou no total, para onde é que foi o dinheiro, qual era a participação da Fundação, qual era a participação do Estado — eu fiz essa pergunta e o Sr. Ministro não respondeu.

Também o Sr. Ministro não respondeu, relativamente às auto-estradas, a questões fundamentais que, como sabe, preocupam o CDS, nomeadamente a de saber, sendo que empresas como a Mota-Engil e a Edifer dizem que apenas terão verbas até ao final do ano, que resposta vamos dar aos trabalhadores,...

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — ... que resposta vamos dar às regiões, como é que fica o processo, como é que vamos resolver o problema quando faltam pouco mais de 30 dias para o final do ano.

Termino dizendo que, da nossa parte, tudo faremos para ajudar o Governo e para contribuir para a transparência e para o rigor, esperando que o Governo passe das boas palavras, da boa vontade, à acção.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Ferreira.

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As primeiras palavras são para saudar a iniciativa do PCP em agendar o tema centrado na transparência das políticas públicas, pela sua pertinência e também pela sua oportunidade.

Pertinência, porque o combate pela transparência da gestão pública anda de mãos dadas com o combate à corrupção, uma vez que a opacidade e a falta de fiscalização da gestão pública favorecem e estimulam a corrupção.

Oportunidade, porque, a bem da verdade, não há memória de tantos casos, tantas dúvidas, tantas inquietações e suspeitas no que diz respeito à gestão do nosso património colectivo.

Adensa-se um ambiente estranho à convivência democrática, a desconfiança instala-se entre os portugueses e a dúvida parece reinar no País.

E os portugueses questionam-se sobre os motivos que levam o Partido Socialista a oferecer tanta resistência à luta pela transparência e por uma cultura de responsabilidade na gestão pública,...

O Sr. **Mota Andrade** (PS): — Essa agora!...

O Sr. **José Luís Ferreira** (Os Verdes): — ... como, aliás, ficou visível nas discussões havidas nesta Assembleia quando discutimos medidas para o combate à corrupção, de que é exemplo mais notório a sua constante oposição à criação de um novo tipo de crime: o enriquecimento ilícito.

E as suspeitas, para alguns, ou os casos da tal espionagem política, para outros, são tantos que, hoje, nem vamos fazer qualquer referência ao processo «Face oculta». Bastam as faces claras que têm vindo a público sempre que se fala da gestão pública!

Um gestor público está durante 10 anos sem fazer a entrega do seu registo de interesses, como a lei exige, e, em 10 anos, os responsáveis não quiseram saber.

Sobre os contentores de Alcântara, o Estado negoceia uma concessão de 27 anos com uma empresa privada, a Liscont, por ajuste directo, portanto sem qualquer concurso público, como a lei exige.

Sobre as comemorações do centenário da República, o Estado pagou 99 500 € por um *site*, que afinal foi produzido com *software* de código livre sem custos de licenciamento. Mais estranho é que a execução técnica está a cargo da Sapo, que, curiosamente, não é parte no contrato.

Sobre os negócios da PT com a Media Capital, negócios escuros, muito escuros, os portugueses nada souberam — aliás, foi um negócio tão escuro que nem o Sr. Primeiro-Ministro dele tomou conhecimento!

Sobre os computadores *Magalhães*, que custaram entre 40 a 50 milhões de euros à acção social escolar, a Comissão Europeia parece não ter dúvidas de que o processo de adjudicação à empresa JP Sá Couto constitui uma infracção ao direito comunitário do mercado interno, ou seja, o Governo vai ter de dar explicações e justificações credíveis a Bruxelas, sob pena de ser confrontado com uma queixa no Tribunal de Justiça da União Europeia, correndo o risco de vir a ser condenado por incumprimento da Lei da Concorrência.

Numa carta do Bastonário da Ordem dos Advogados ao Sr. Primeiro-Ministro, que foi tornada pública, refere-se que o Estado é, indiscutivelmente, o maior cliente da advocacia portuguesa, mas tem dado preferência, de forma sistemática e aparentemente injustificada, a um pequeno número de grandes escritórios.

Sobre o caso Freeport, o Procurador Lopes da Mota, acusado de pressionar os investigadores deste caso para procederem ao seu arquivamento, renunciou, agora, ao cargo de Membro Nacional da Eurojust. São factos!!

Sobre o SUCH, o Tribunal de Contas considerou ilegais os concursos que o Ministério da Saúde realizou neste ano com o Serviço de Utilização Comum dos Hospitais por terem sido realizados sem qualquer concurso público.

Quanto às novas auto-estradas, o Tribunal de Contas recusou o visto prévio para as respectivas concessões de construção. O Governo fala da alteração superveniente dos factos ou das circunstâncias.

Temos, assim, uma nova e original doutrina: a alteração dos factos passa a ter aplicação na fase da formação dos contratos. É inédito, é espantoso, e ficamos sem saber: superveniente a quê? Mas é o Governo a dizê-lo e nós vamos esperar que os tribunais façam sobre este assunto jurisprudência.

Nos CTT, antigos administradores são acusados de gestão danosa pela venda de património e por contratos ruinosos para o Estado e a empresa, que é pública, foi lesada em mais de 13 milhões de euros.

Protestos do Deputado do PS Afonso Candal.

É porque o Governo não informa e nós temos de procurar informação por outras vias.

Nos projectos PIN e PIN+, continua a falta de transparência e de rigor no seu processo de reconhecimento, porque a sua definição não está sujeita a consulta pública.

Estes são apenas os exemplos que o tempo permite, mas o suficiente para mostrar que o cenário é pouco animador.

Com espionagem ou não, reside um grave problema de falta de transparência nas contratações públicas, na forma como são adjudicados negócios, concessões, empreitadas, apoios, contratos, programas, onde o Estado sai tantas vezes prejudicado.

Por isso, torna-se imperioso não só aumentar a transparência nos negócios do Estado mas também punir quem toma decisões que violam o interesse público.

Só assim se asseguram os imperativos interesses públicos, que têm de estar sempre presentes na gestão pública.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à fase de encerramento do debate da interpelação. Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Soeiro.

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A importância da interpelação agendada pelo PCP...

O Sr. **Afonso Candal** (PS): — Qual é?!

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — ... está expressa, bem expressa, nas afirmações de todos os grupos parlamentares de que a transparência, o rigor, a isenção devem estar sempre presentes na gestão dos bens públicos, património do nosso povo.

Estamos todos de acordo com os princípios, até porque estamos a falar de princípios constitucionais. O que o Grupo Parlamentar do PCP trouxe a esta Câmara com este agendamento não foi a importância da reafirmação destes valores e destes princípios. O que trouxe a debate nesta Câmara e que nos deve inquietar a todos os que queremos, de facto, afirmar Portugal como um Estado democrático e de direito são as práticas políticas que têm vindo a ser desenvolvidas e que vão corroendo, minando e subvertendo os valores e princípios que, na retórica, todos proclamamos defender.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Este é, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o problema de fundo e é preocupante que os exemplos concretos trazidos a esta Câmara, que podiam desmultiplicar-se em muitos outros, porque o que se fez aqui não foi mais do que trazer a ponta do *iceberg* da realidade em que vivemos, que devia preocupar-nos e levar-nos a tomar com outra atenção os casos concretos aqui referidos, não tenham sido desmentidos.

De facto, não foram desmentidos nenhuns dos casos que vieram a esta Câmara no que diz respeito ao secretismo dos negócios feitos entre o Governo português e multinacionais, com grandes grupos económicos e financeiros sem concurso, por ajustes directos, independentemente das formas encontradas para os fazer, seja lançando concurso internacionais, que depois se metem na gaveta, como aconteceu com o sector mineiro, como aconteceu com a entrega da energia à EDP, que aqui foram referidos, seja alterando o estatuto das empresas públicas, primeiro para EPE, depois para SA, dotando-as de novos poderes de gestão daquilo que é de todos, abrindo portas às subconcessões, através das quais se entrega património público em condições de total falta de transparência, de total falta de rigor, de total falta de isenção, que todos dizemos defender. É para este problema que exigimos resposta, porque ele está a minar a própria democracia.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Esta questão não pode ser atirada para o lado, como fez o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que nos disse aqui que tudo é claro, tudo é transparente, tudo está na *net*, tudo está nos portais. Não é verdade, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares! Não é verdade, como foi aqui demonstrado no decorrer deste debate! Porque nós passámos cinco anos a pedir ao Sr. Ministro da Economia documentos de negócios que até este momento não chegaram a esta Câmara, pedidos não só por Deputados mas também por comissões e subcomissões desta Assembleia da República.

O Sr. **João Oliveira** (PCP): — É verdade! Bem lembrado!

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — A pergunta que deixo, Sr. Ministro, é a de saber se isto é admissível, se isto se compagina com o Estado democrático e de direito que tanto proclamamos defender nos nossos discursos.

Para nós, isto não é aceitável e, como aqui foi dito, iremos continuar a lutar para que a verdade seja conhecida. Mas isto não quer dizer, como também aqui foi dito, que vemos fantasmas, que vemos corruptos por todo o lado. Não! Podemos estar apenas perante incompetência, perante governos incompetentes, que não sabem gerir o que é de todos, ao serviço de todos, mas competentes para servir daquilo que é de todos no interesse de alguns, muito poucos, cujas fortunas crescem escandalosa e impunemente no Estado democrático e de direito, que é Portugal.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Muito bem!

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para nós não deixam de ser inquietantes sinais que consideramos perigosos, como sejam, intervir ao nível da independência e da soberania da própria justiça. Não é deslocado falar-se, como se disse aqui, das pressões sobre procuradores que desenvolviam investigações, por muito incómodas que elas sejam para quem quer que seja.

Por isso, é nosso entendimento, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que é tempo de, enquanto representantes da Nação, assumirmos responsavelmente o respeito pelos princípios constitucionais, pela transparência, pelo rigor, pela isenção na gestão daquilo que é de todos os portugueses — o património público — e pormos cobro aos negócios obscuros, sem transparência e sem isenção a que temos assistido nos últimos anos. Esta é uma exigência pela qual iremos pugnar.

Foram anunciadas algumas propostas concretas que esperamos que possam vir a ser aprovadas, mas outras serão bem-vindas, desde que sejam no sentido de reforçar a democracia e, naturalmente, a transparência, o rigor e a isenção na gestão da coisa pública.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Duas palavras prévias em relação às considerações na fase de encerramento.

A primeira é para sublinhar que, ao contrário do que alguns Srs. Deputados aqui pretenderam insinuar, no que diz respeito à decisão de renovação do contrato de concessão com a Liscont, normalmente designado por contrato relativo aos contentores de Alcântara, a posição do Tribunal de Contas é uma posição que se concretizou por ter concluído que nenhum indício de ilícito, nem criminal nem financeiro, ocorreu em relação a esse contrato.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Que vergonha!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A segunda palavra é para sublinhar que, também ao contrário do que alguns Srs. Deputados aqui referiram, o reconhecimento de projecto PIN (potencial interesse nacional) a um qualquer projecto que tenha sido submetido para este efeito concede a possibilidade de uma tramitação em relação aos processos de apreciação e licenciamento mais céleres, nomeadamente através de um regime de conferência partilhada. O que não ocorre é que daí resulte alterações das regras, sejam as ambientais, sejam as de ordenamento do território, ou qualquer efeito de aplicação de sistemas de incentivo automáticos para o financiamento dos projectos em causa.

Estas explicações, Sr.^{as} e Srs. Deputados, são devidas perante a opacidade das intervenções feitas e precisamente em nome do princípio da clareza e da transparência.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Chegados ao fim da interpelação, é o momento de nos perguntarmos, em rigor, para que é que ela terá servido. É suposto que uma interpelação política ao Governo traga em si um conteúdo relevante em matéria de contraponto de orientações políticas ou em matéria de fiscalização efectiva dos actos do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Nada disso foi feito aqui pelo partido interpelante, nem, aliás, pelos demais partidos da oposição, que tiveram ocasião de usar da palavra.

O Sr. **José Soeiro** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Aquilo a que assistimos foi a uma mera função tribúncia — interpelar para marcar agenda no Parlamento —, porque, na verdade, nenhum tema, nenhuma matéria, nenhuma consideração demonstraram uma qualquer linha de orientação consistente que pudesse aqui propor, debater ou defender outras soluções de transparência para as linhas de concretização das orientações públicas do Governo. Bem pelo contrário, aquilo que verificámos aqui foi que, em relação a afirmações feitas do lado do Governo em matéria de empenhamento na transparência ao nível da gestão financeira, ao nível da contratação pública, ao nível da gestão das concessões em matéria contratual, ao nível da gestão do Serviço Nacional de Saúde, ao nível de tantos outros aspectos transversais, algum partido da oposição, particularmente o partido interpelante, pôde contradizer o sentido essencial. E o sentido essencial é o de que este Governo, como, aliás, o governo anterior, do Partido Socialista destaca-se por ter introduzido procedimentos de transparência aos mais diversos níveis da gestão pública. E é por eles que respondemos e é em função deles que claramente assumimos as nossas linhas de orientação política.

Aplausos do PS.

Protestos do PCP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Respondemos por essas linhas de orientação política. Estamos mobilizados para o que conta.

O que conta é mobilizarmos as energias do País no combate à crise, na definição de medidas activas no combate ao desemprego em condições que permitam a modernização efectiva da sociedade portuguesa, alavancando a iniciativa privada, particularmente através de estímulos dirigidos à internacionalização da nossa economia e ao apoio às pequenas e médias empresas empenhadas no processo de inovação e de internacionalização.

O que conta é criar condições para que a inovação possa, em sectores tão fundamentais como o da política energética, colocar o nosso País como um país na linha avançada da modernização, da inovação e na definição de soluções económicas da maior importância como aquelas que podem vir a concretizar-se na diminuição da factura energética do nosso País, aliadas também às perspectivas ambientais, nomeadamente no âmbito do equilíbrio ambiental.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que conta é combater a crise, combater o desemprego, modernizar o País e fazê-lo com sentido de coesão e de justiça social. É nestas políticas que nos vamos empenhar e para as conseguir com eficácia, não temos qualquer dúvida em concretizar plenamente os instrumentos de transparência, os quais, aliás, fomos nós que os criámos com todo o gosto.

E se alguma coisa nos distingue em relação ao sentido da interpelação de hoje é a de que, pela nossa parte, esperaríamos contributos positivos para dar mais eficiência e mais coerência ao sentido das políticas públicas que prosseguimos.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Pode começar por mostrar o contrato das Pirites!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Acerca disso, o que ouvimos dizer foi nada e aquilo que fica, a final, é apenas a função tribúncia de um partido que hoje, ao abrigo de um direito regimental, quis utilizar esse direito para marcar apenas um dia de agenda nos trabalhos da Assembleia da República.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Bem marcado!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados: Estaremos sempre disponíveis para encontrar soluções positivas e construtivas. O que os Srs. Deputados, particularmente os do PCP, se esqueceram foi de apresentar, esta tarde, essas mesmas soluções.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, concluído o debate da interpelação n.º 1/XI (1.^a), centrada na transparência das políticas públicas, apresentada pelo PCP, informo que a próxima sessão plenária se realiza amanhã, sexta-feira, com início às 10 horas, e a ordem de trabalhos é uma marcação do CDS-PP, sendo totalmente preenchida pela discussão do projecto de resolução n.º 31/XI (1.^a) — Recomenda ao Governo sete medidas anticrise com efeito rápido na agricultura, cinco medidas para o Regime de Pagamento Único (RPU) ser pago a tempo e horas, nove medidas para salvar o Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e que defenda o interesse nacional e a agricultura portuguesa junto da União Europeia (CDS-PP). Haverá, ainda, votações no final do debate.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Actas relativas à eleição dos membros de delegações da Assembleia da República para órgãos externos

Aos onze dias do mês de Dezembro de dois mil e nove procedeu-se à eleição de um juiz para o Tribunal Constitucional.

Candidata proposta:

Mestre Catarina Teresa Rola Sarmento e Castro

O resultado obtido nos termos da alínea h) do artigo 163.º da Constituição e do artigo 16.º da Lei n.º 28/82, de 15 de Novembro, na redacção dada pela Lei n.º 13-A/98, de 26 de Fevereiro, foi o seguinte:

Votantes — 216
Votos a favor — 139
Votos brancos — 67
Votos nulos — 10

Face ao resultado obtido declara-se não eleita a candidata proposta.
Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Miguel Coelho — Rosa Maria Albernaz.

Aos onze dias do mês de Dezembro de dois mil e nove procedeu-se à eleição para o Conselho Superior da Magistratura.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 216
Votos «sim» — 152
Votos brancos — 56
Votos nulos — 8

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para o Conselho Superior da Magistratura os seguintes candidatos:

Efectivos

Florbela de Almeida Pires (PS)
Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues (PSD)
José Francisco de Faria Costa (PS)
Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto (PSD)
Rui Filipe Serra Serrão Patrício (PS)
Manuel Artur Barbot Veiga de Faria (PSD)
Victor Manuel Pereira de Faria (PS)

Suplentes

Ilídio Renato Garrido Matos Pereira (PS)
Pedro Miguel dos Santos Duro Lopes (PSD)
Maria Helena Terra de Oliveira (PS)

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Rosa Maria Albernaz — Miguel Coelho.

Aos onze dias do mês de Dezembro de dois mil e nove procedeu-se à eleição para o Conselho Superior do Ministério Público.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 216

Votos «sim» — 154

Votos brancos — 53

Votos nulos — 9

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para o Conselho Superior do Ministério Público os seguintes candidatos:

Efectivos

Júlio de Lemos de Castro Caldas (PS)

António José Barradas Leitão (PSD)

Guilherme Victorino Guimarães da Palma Carlos (PS)

José Luís Bonifácio Ramos (PSD)

José António de Melo Pinto Ribeiro (PS)

Suplentes

Manuel Carlos Falcão Gonçalves (PS)

Fernando Santos Pereira (PSD)

Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento (PS)

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Miguel Coelho — Rosa Maria Albernaz.

Aos onze dias do mês de Dezembro de dois mil e nove procedeu-se à eleição para o cargo de Presidente do Conselho Económico e Social, tendo sido apresentada uma única candidatura de José Albino da Silva Peneda.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 216

Votos «sim» — 157

Votos brancos — 54

Votos nulos — 5

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declara-se eleito o candidato proposto.

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Miguel Coelho — Rosa Maria Albernaz.

Aos onze dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, procedeu-se à eleição para a Comissão Nacional de Eleições.

O resultado obtido foi o seguinte:

Votantes — 216

Votos «sim» — 195

Votos brancos — 17

Votos nulos — 4

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para a Comissão Nacional de Eleições os candidatos propostos:

*Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
Francisco José Fernandes Martins
Manuel dos Santos Machado
Carla Sofia Franco Luís
João Manuel Rosa de Almeida
José Victor dos Santos Cavaco*

Para constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Miguel Coelho — Rosa Maria Albernaz.

Aos onze dias do mês de Dezembro de dois mil e nove procedeu-se à eleição para o Conselho Superior de Informações.

O resultado obtido foi o seguinte:

*Votantes — 216
Votos «sim» — 144
Votos brancos — 63
Votos nulos — 9*

Nos termos legais aplicáveis e face ao resultado obtido, declaram-se eleitos para o Conselho Superior de Informações:

*Efectivos
Vitalino José Ferreira Prova Canas (PS)
José Manuel de Matos Correia (PSD)*

*Suplentes
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues (PS)
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira (PSD)*

Para se constar se lavrou a presente acta que vai ser devidamente assinada.

Os Deputados escrutinadores, Paulo Batista Santos — Maria Paula Cardoso — Miguel Coelho — Rosa Maria Albernaz.

Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

Júlio Francisco Miranda Calha

Partido Social Democrata (PSD):

*João Bosco Soares Mota Amaral
José Eduardo Rêgo Mendes Martins*

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

Luísa Maria Neves Salgueiro
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Social Democrata (PSD):

António Cândido Monteiro Cabeleira
António Carlos Sousa Gomes da Silva Peixoto
Carlos António Páscoa Gonçalves
Fernando Ribeiro Marques
Pedro Nuno Mazedo Pereira Neto Rodrigues
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL